



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

234ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 18 e 19 de junho de 2015

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

234ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Sala de Reuniões do CNAS, Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala A, 1º Andar, Brasília-DF

Data: 18 e 19 de junho de 2015

1 Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e quinze teve início a Ducentésima TrigésimaQuarta
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência do Presidente
3 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da Associação Brasileira de
4 Deficientes Visuais – ABEDEV, Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Conselheira Telma Maranhão Lopes,
6 MDS; Conselheira Léa Lucia Braga, MDS; Conselheira Solange Teixeira, SENARC; Conselheiro José
7 Ferreira da Crus, MDS; Conselheiro Pedro Tomaz de Oliveira Neto, MDS; Conselheira Mariana Souza
8 Silva, MS; Conselheira Maria José de Freitas, MDS; Conselheira Célia Maria de Souza Melo, FONSEAS;
9 Conselheira Marlene de Fátima Azevedo Silva, CONGEMAS; Conselheira MárciaCristina LealGóes,
10 CONGEMAS; Conselheira Raimunda Nonata Cadó, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro Thiago
11 Ferreira Cabral, Fundação DorinaNowill para Cegos; Conselheiro Naelson da Silva Ferreira, Rede
12 Brasileira de Cooperação ao Desenvolvimento; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de
13 Cristo; Conselheiro Alceu Kuhn, Organização Nacional de Cegos do Brasil; Conselheira Aldenora
14 González, Instituto Ecovida; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Movimento Nacional de População
15 de Rua; Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Organização Nacional de Entidades de Deficientes
16 Físicos; Conselheira Margareth Dallaruvera, FENAS; Conselheira Patrícia Alves Vieira, Central dos
17 Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Conselheira Jucileide do Nascimento, Conselho Federal de
18 Serviço Social; Conselheiro Leovane Gregório, Conselho Federal de Psicologia; Conselheira Juliana
19 Piccoli Agatte SENARC/MDS; Conselheiro Fábio Moassab Bruni - Coordenador Adjunto da Comissão de
20 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social; Conselheira
21 Fátima Aparecida Rampin - MPS; Conselheira Cláudia Laureth Faquinote - União Brasileira de
22 Educação e Ensino; Conselheira Dulcinéia Reginato Francisco; Conselheira Eufrásia Agizzio; Secretária-
23 Executiva Substituta, Sra. Maria Auxiliadora Pereira (Dorinha). **Convidados:**Luís Otávio Faria –
24 Coordenador Geral dos Serviços de Vigilância Socioassistencial – SNAS; Renato Simões – Secretário
25 Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República; Débora Nogueira –
26 Gestão do Ciclo de Planejamento em Investimento e Estratégia – Ministério do Planejamento,
27 Orçamento e Gestão; Adailton Amaral B. Leite – SNAS/GAB.**ABERTURA.** O Presidente iniciou a
28 reunião, cumprimentando os presentes e solicitando à Vice-Presidente Marlene que realize uma
29 saudação ao Pleno. A Vice-Presidente Marlene cumprimenta a todos. Em seguida, a Secretária
30 Executiva Maria Auxiliadora cumprimenta os presentes e realiza a conferência do

31 quórum:Conselheiros titulares presentes: Telma Maranhão Gomes; Marlene de Fátima Azevedo Silva;
32 Solange Teixeira; Léa Lúcia Cecílio Braga; José Ferreira Crus; Célia Maria de Souza Melo Lima;
33 Raimunda Nonato Cadó; Cláudia Laureth Faquinote; Márcia de Carvalho Rocha; Alceu Kuhn; Anderson
34 Lopes Miranda; Edivaldo da Silva Ramos; Patrícia Alves Vieira. Conselheiros no exercício da
35 titularidade: Fábio Moassab Bruni; Márcia Cristina Leal Góes. Conselheiros Suplentes: Maria José de
36 Fretas; Julia Piccoli Agatte; Tiago Barbosa Cabral; Naelson da Silva Ferreira; Dulcinéia Reginato
37 Francisco; Eufrásia Aggizio; Leovane Gregório. **Item Aprovação da Ata da 233ª Reunião Ordinária do**
38 **CNAS.** Indagou à Plenária se havia algum questionamento, Em não havendo considerou aprovada a
39 Ata da 233ª RO do CNAS.**Item Aprovação da pauta da 234ª Reunião Ordinária,** a Vice-Presidente
40 Marlene realiza a leitura da pauta: **Dia 18.06. – Manhã** - 9h00 às 12h30: *Aprovação da Ata da 233ª*
41 *Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 234ª Reunião Ordinária; Informes da Presidência/Secretaria*
42 *Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros; Definição da Presidência e da Vice-*
43 *Presidência do CNAS para o período de junho de 2015 a junho de 2016; Apresentação do Plano de*
44 *Trabalho 2015/2016 da SENARC; Apresentação do ID-Conselhos. Tarde* - 14h às 18h –**Painel: A**
45 **Construção do PPA 2016/20: subtema um: o processo de participação social nas políticas públicas:**
46 *Renato Simões, da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da*
47 *República; Subtema dois: O desenho do PPA 2016/2019: representante do Ministério do*
48 *Planejamento, Orçamento e Gestão. Dia 19.06– Manhã– 9h às 12h*Relato da Presidência Ampliada;
49 *Relato da Comissão Organizadora X Conferência Nacional de Assistência Social. Tarde* - 14h às 18h –
50 *Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; Relato da Comissão de*
51 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Relato da Comissão de Normas da Assistência*
52 *Social; Relato da Comissão de Política da Assistência Social”.* A Vice-Presidente informa que a
53 Coordenadora da Comissão de Financiamento solicitou uma inversão no período da tarde, para que o
54 relato da descrita Comissão fosse o primeiro a ser realizado no início da tarde. O Presidente Edivaldo
55 propõe que a Definição da Presidência e Vice-Presidência do CNAS seja definida antes dos Informes. O
56 Presidente indagou se havia alguma observação. Em não havendo, considerou aprovada a Pauta. **Item**
57 **Definição da Presidência e da Vice-Presidência do CNAS para o período de junho de 2015 a junho de**
58 **2016.**O Presidente Edivaldo e a Vice-Presidente Marlene se desvinculam da função, e o processo
59 passa a ser conduzido pela Secretaria Executiva. A Secretária Executiva Maria Auxiliadora informa que
60 conforme o art. 7º do Regimento Interno do CNAS, prevê a eleição do Presidente e Vice-Presidente do
61 CNAS para o cumprimento do mandato de 1 ano, permitida uma recondução por mais 1ano,
62 acrescenta que a presente data deve ser definida a recondução ou a escolha de um novo candidato
63 para Presidente e Vice-Presidente, ademais, convida um representante da Sociedade Civil, e outro do
64 Governo para se manifestarem em relação a esse item de pauta. A Conselheira Cadó, representante
65 da Sociedade Civil informa que a Sociedade Civil ontem reunida, às 19:00, nesta casa e pautando
66 dentre outros assuntos a condução e recondução da Presidência decidiu por trazer argumentos e a
67 elegeu como responsável por disponibilizar ao Pleno os argumentos na defesa da recondução do Sr.
68 Edivaldo Ramos como Presidente do CNAS, destaca primeiramente a capacidade de diálogo do Sr.
69 Edivaldo com todos os componentes e seguimentos do CNAS; em segundo lugar sua capacidade de
70 ouvir e de contribuir com o equilíbrio no alcance de resultados mais proveitosos possíveis para a

71 política de assistência social no Brasil; em terceiro lugar sua capacidade de acompanhamento e sua
72 solidariedade. Portanto, considerando especialmente esses elementos, informa que a Sociedade Civil
73 decide pela recondução do Sr. Edivaldo Ramos na Presidência do CNAS. A Conselheira Léa Braga,
74 representante governamental, informa que o governo decide pela recondução da Sra. Marlene
75 Azevedo para a Vice-Presidência do CNAS, pondera que a Sra. Marlene possui formação em Serviço
76 Social; foi servidora efetiva do GDF, cargo, a qual se encontra aposentada, ressalta que a Sra. Marlene
77 construiu uma importante trajetória no MDS, pois esteve presente nas gestões desde o ano de 2002
78 no MDS, GDF, no Controle Social, CNAS e no Conselho Estadual do DF, no MDS a Sra. Marlene
79 assumiu a Diretoria da Proteção Social Especial, foi chefe de gabinete, coordenou o início da
80 implementação da rede privada do Departamento da Rede Privada, coordenou no MDS a tarefa de
81 estabelecer o diálogo com os órgãos de controle, no CNAS representou os Assistentes Sociais pelo
82 Conselho Federal de Serviço Social, no GDF respondeu pela Subsecretaria Nacional de Assistência
83 Social, foi Conselheira, Vice-Presidente e Presidente do Conselho do Distrito Federal. Pondera que a
84 Sra. Marlene possui o compromisso e o apoio de todos pertencentes ao seguimento governamental.
85 A Secretária Executiva Maria Auxiliadora, passa a conduzir a votação, em acordo com o previsto pelo
86 Regimento Interno do CNAS, exige-se quórum qualificado, da recondução do Presidente Edivaldo da
87 Silva Ramos e da Vice-Presidente Marlene de Azevedo Silva. Os Conselheiros titulares ou no exercício
88 da titularidade votaram, por unanimidade, pela recondução do Presidente Edivaldo da Silva Ramos e
89 da Vice-Presidente Marlene de Fátima Azevedo Silva. A Sra. Marlene e o Sr. Edivaldo agradecem ao
90 Pleno. A Secretária Maria Auxiliadora procede a leitura do Termo de Posse da Presidência do
91 Conselho Nacional de Assistência Social: “*Aos dezoito dias do mês de junho de 2015 às dez horas, a*
92 *Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social, reunida na sala de reuniões do CNAS situada no*
93 *1º andar, Ala A, sala 108, no anexo do Bloco F, na Esplanada dos Ministérios, na cidade de Brasília DF,*
94 *reconduziu ao cargo de Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, o Sr. Edivaldo da Silva*
95 *Ramos por unanimidade de votos de Conselheiros e Conselheiras Titulares presentes, perfazendo a*
96 *exigência de dois terços do quórum, e a Vice-Presidente, a Sra. Marlene de Fátima Azevedo Silva,*
97 *reconduzida na mesma data por unanimidade dos votos dos Conselheiros e Conselheiras titulares*
98 *presentes, perfazendo a exigência de dois terços de quórum, para o mandato de 1 ano a partir dessa*
99 *data. Assinaram este Termo de Posse da Presidência do CNAS Edivaldo da Silva Ramos Presidente,*
100 *Marlene de Fátima Azevedo Silva Vice-Presidente, os Conselheiros e Conselheiras titulares e Suplentes*
101 *presentes na Reunião”.* O Presidente Edivaldo saúda e apresenta a nova Conselheira do CNAS, a Sra.
102 Márcia Cristina Leal Góes. **Item Informe da Presidência/Secretaria Executiva.**A Vice-Presidente
103 Marlene informa: “*As ausências justificadas: A Conselheira Maria Lúcia Marquim na Reunião da*
104 *Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social e na presente Reunião*
105 *Ordinária devido a compromisso institucionais; a Conselheira Solange Teixeira no dia 19 devido a*
106 *compromissos assumidos anteriormente; a Conselheira Clátia Regina, nesta reunião devido a*
107 *compromissos institucionais; a Conselheira Márcia Rocha no dia 19 devido a compromisso assumidos*
108 *anteriormente. Convocações e participação: o Presidente do CNAS Edivaldo Ramos representou o*
109 *Conselho Nacional de Assistência Nacional o CNAS, nos seguintes eventos: 1º Encontro Estadual entre*
110 *Governo e Sociedade Civil – uma ação integrada na implementação da Política de Assistência Social e*

111 a Inclusão da Pessoa com Deficiência nos dias 21 e 22 de maio, em Campo Grande Mato Grosso do
112 Sul; a Reunião Ampliada do CEAS Mato Grosso do Sul com o CMAS para tratar sobre processo
113 conferencial 2015 do dia 27 de maio em Campo Grande, Mato Grosso do Sul; da Reunião Regional do
114 CNAS, CONSEAS e CAS DF da Região Centro Oeste, realizada nos dias 02 e 03 de junho em Campo
115 Grande Mato Grosso do Sul, e participará da 4ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com
116 Deficiência a realizar-se nos dias 22 e 23 de junho em Campo Grande, Mato Grosso do Sul que terá
117 como tema Os Desafios na Implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência, transversalidade
118 com radicalidade dos Direitos Humanos. A Vice-Presidente Marlene Azevedo participou da 9ª Reunião
119 Plenária da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento CNPD no dia 21 de maio em Brasília
120 DF, o Presidente Edivaldo Ramos e a Vice-Presidente Marlene Azevedo e as(os) Conselheiras e
121 Conselheiros Solange Teixeira, Naelson Ferreira e Clátia Regina Vieira participaram da Solenidade de
122 Inauguração da 1ª Escola do SUAS no Brasil, denominada Mariluce Bittar, localizada em Campo
123 Grande, Mato Grosso do Sul, no dia 02 de junho no mesmo local em que foi realizada a Reunião
124 Regional do CNAS, CONSEAS e CAS DF da Região Centro Oeste. O Conselheiro Anderson Miranda foi
125 convocado para representar o CNAS no 1º Encontro de Conselheiros de Assistência Social de Santa
126 Catarina realizada no dia 02 de junho em Florianópolis, a Diretora de Assistência Social do Estado de
127 Santa Catarina, enviou e-mail agradecendo a brilhante participação do Conselheiro no referido
128 evento. Os Conselheiros Naelson Ferreira, Solange Teixeira, Clátia Regina Vieira e a Vice-Presidente
129 Marlene Azevedo foram convocados para a Reunião Regional CONSEAS e CAS DF na Região Centro
130 Oeste realizada nos dias 02 e 03 de junho em Campo Grande. A Conselheira Aldenora Gonzalez foi
131 convocada e representou o CNAS na Reunião do Encontro Temático Nacional, sobre Soberania e
132 Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia realizada no período de 9 a 11 de junho em Belém do
133 Pará. O Conselheiro Tiago Cabral foi convocado para representas o Conselho Nacional de Assistência
134 Social no Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional, no dia 10 de junho em Brasília. O Presidente
135 do CNAS Edivaldo Ramos juntamente com o Presidente do CONGEMAS e FONSEAS participaram da
136 Reunião da Subcomissão Permanente de Assistência Social da Comissão de Seguridade Social da
137 Câmara dos Deputados nos dias 10 de junho em Brasília, o Conselheiro Naelson Ferreira foi convocado
138 e representou o Conselho Nacional de Assistência Social na 139ª Reunião da CIT, no dia 11 de junho
139 em Brasília DF. Os integrantes titulares da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de
140 Assistência Social, foram convocados para a 5ª Reunião da Comissão Organizadora da X Conferência
141 Nacional de Assistência Social nos dias 15 e 16 de junho em Brasília. Os Conselheiros Nacionais
142 titulares em Suplentes foram convocados para 234ª Reunião Ordinária do CNAS no período de 17 a 19
143 de junho em Brasília. Participação da Secretaria Executiva do CNAS: A servidora Celda Maria Chaves
144 de Sousa e a Secretária Executiva Substituta Maria Auxiliadora Pereira foram convocadas para prestar
145 apoio operacional na Reunião Regional do CNAS, CONSEAS da Região Centro Oeste nos dias 02 e 03 de
146 junho em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. E-mails recebidos: A coordenação geral do Programa
147 Nacional de Controle da Tuberculose enviou e-mail agradecendo ao Conselho Nacional de Assistência
148 Social em especial a Conselheira Jucileide Nascimento pela brilhante participação na Assembléia da
149 Rede Brasileira de Comitês para o Controle da Tuberculose no Brasil, ocorrida no dia 12 e 13 de maio,
150 com efeito foi fundamental a contribuição que a Conselheira trouxe para a discussão sobre a

151 *importância da participação comunitária nas conferências de saúde e de Assistência Social nas três*
152 *esferas de governo, e resultou que o evento foi também profícuo para reflexões sobre reflexões sobre*
153 *aproximação necessária entre do SUS e do SUAS, “dois sistemas que compõe a seguridade brasileira,*
154 *que nem sempre caminham próximos”. Participação e convidados: Os integrantes da relatoria da X*
155 *Conferência Nacional de Assistência Social Denise Colin, Célio Vanderley, Carlos Eduardo Ferrari, Maria*
156 *Luiza Rosotti, Márcia Lopes foram convidados para a reunião da Comissão Organizadora, nos dias 15 e*
157 *16 de junho em Brasília. E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS: Informe da Rede Alimentar*
158 *sociodiversidade, PA compra institucional água para todos, dia 19/05; InfoSUAS dia 21/05 políticas*
159 *sociais brasileiras são referência internacional; Vídeo produzido pelo CEFES em homenagem ao dia do*
160 *Assistente Social 15/05/2015; O relatório enviado pelo Conselheiros Alceu Kuhn referente a sua*
161 *participação no seminário Formação do Marco Regulatório da Sociedade Civil; Assembléia Geral*
162 *Ordinária da Organização Nacional dos Cegos no Brasil de 15/05/2015; Apresentação sobre o Pacto*
163 *de Aprimoramento do SUAS, gestão municipal no âmbito da proteção social básica e realizada na*
164 *Plenária de Maio de 2015. O Informe CNAS nº 1 a 5: Conferência Nacional de Assistência Social 2015 e*
165 *o Informe da Rede Alimenta: Encontros CAES, banco de alimentos, ideias na mesa de 21/05/2015; o*
166 *Informe CESAN ExpoMilão 2015; PA Agricultura familiar, banco de alimentos dia 09/06; InfoSUAS*
167 *05/06/2015, MDS reafirma compromisso com a Assistência Social; Ata e degravação da 233ª Reunião*
168 *Ordinária do CNAS, Pauta da 234ª do CNAS; relatório da Conselheira Jucileide Nascimento referente a*
169 *sua participação, representando o CNAS na 7ª Assembléia da Rede Brasileira de Comitês para o*
170 *Controle da Tuberculose no Brasil. CNAS informa: enviados do dia 26 de maio até 12 de junho, 26 de*
171 *maio: horário de dois fóruns regionais sobre o Plano Plurianual foram alterados, 02 de junho a data*
172 *histórica para o Sistema único de Assistência Social, a construção do Plano Plurianual será discutido na*
173 *Reunião Ordinária CNAS. O CNAS Informes enviados: Portaras e Resoluções, Resolução CNAS nº 5 d 21*
174 *de maio 2015, que aprova o relatório de execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de*
175 *Assistência Social, exercício de 2015 1º Trimestre, Resolução CNAS nº 6 de 21 de maio de 2015 que*
176 *regulamenta o entendimento a cerca dos trabalhadores do SUAS, Resolução CNAS nº 7 de 21 de maio*
177 *de 2015 que aprova os parâmetros da proposta orçamentária para Assistência Social relativa ao*
178 *orçamento de 2016. Audiência: a Vice Presidente do CNAS Marlene Azevedo e representantes da*
179 *Secretaria Nacional de Assistência Social atenderam representantes da Federação Indígena de Nações*
180 *Pataxó e Tupinambá do extremo sul da Bahia, cacique Aruá Pataxó Presidente da FIMPATI e membro*
181 *do conselho deliberativo do Instituto Tribo dos Jovens, Cacique da aldeia Pataxó de Barra Velha*
182 *Romildo, Cacique da Aldeia Velha Pataxó Urubaiá, no dia 28 de maio no CNAS os representantes das*
183 *supracitadas tribos apresentaram demandas da comunidade indígena Pataxó, Pataxó Aaem e Pataxó*
184 *Tupinambá sobre os equipamentos da Assistência Social em suas comunidades. Aniversariantes de*
185 *junho: Leovane Gregório dia 02, Cláudia Faquinote dia 08e Aldenora Gonzalez dia 23". **Item Informe***
186 **MDS.** *A Conselheira Léainforma sobre ações que foram desencadeadas tanto com atividades, tanto*
187 *na mídia em função do dia nacional de mobilização contra o trabalho infantil do dia 12 de junho“ O*
188 *MDS realizou uma séria de ações junto aos entes e parceiros com o objetivo de fomentar o debate e a*
189 *conscientização da sociedade quanto a essa necessidade de enfrentar e reduzir a incidência de*
190 *trabalho infantil no Brasil, é importante dizer que nós já alcançamos resultados importantes nessa*

191 direção, entre 2000 e 2013, por exemplo houve uma redução de 60% dos casos de trabalho infantil,
192 ainda temos esse desafio que é alcança situações que ainda persistem na realidade brasileira que
193 caracterizam situações de difícil identificação concentradas, principalmente em atividades informais
194 da economia, no trabalho doméstico de sobretudo nas atividades no campo. Ações de mobilizações
195 que foram realizadas: Mobilização Nacional para participação da campanha, o MDS promoveu a
196 divulgação de peças publicitárias da Campanha de 2015, cujo norte foi a educação de qualidade, esse
197 material está disponível no site do MDS; Investimos também na publicação nas redes sociais, com o
198 vídeo da Ministra Tereza Campelo abordando o tema também disponível no Youtube, veiculação na
199 voz do Brasil e na NBR de pronunciamentos do Deputado Federal Odorico Monteiro do PT do Ceará, o
200 pronunciamento realizado na Câmara, o Deputado destacou a importância do combate ao trabalho
201 infantil e ressaltou o desempenho do programa de erradicação do trabalho infantil coordenado pelo
202 MDS nos últimos 15 anos, disponibilizado também no Youtube. Publicação de matéria no InfoSUAS
203 amplamente veiculada com peças e áudio e vídeo; realização de articulação com a Caixa Econômica
204 Federal que resultou em ações de divulgação, disponibilizando no dia 12 de junho nos terminais
205 bancários uma mensagem fazendo as tratativas do tema nessa direção, foi feita a criação de
206 distribuição de um e-mail para os trabalhadores da Caixa Econômica, veiculação de post nas redes
207 sociais e publicação de artigo na intranet da Caixa escrito por um adolescente aprendiz. O Brasil
208 continua na luta pela erradicação do trabalho infantil, em 12 anos o país reduziu em 60% o número de
209 crianças e adolescentes em trabalho precoce, ampliação das ações intersetoriais, participação de
210 Estados e Municípios” Apresenta imagens divulgadas com relação a erradicação do trabalho infantil, e
211 depoimentos importantes que demonstram a realidade dessas famílias, pondera sobre o
212 investimento na rádio novela para que a população possa aprender e compreender a importância da
213 Política Social contribuindo para o combate ao trabalho infantil, na rádio mais Brasil também foi
214 dedicado ao dia nacional do combate ao trabalho infantil. Informa que está veiculando na TV a
215 exploração sexual de crianças e adolescentes Quilombolas, localizadas em Municípios do Goiás, a
216 comunidade Calunga em Cavalcante, na cidade de Teresina do Goiás de Monte Alegre, há uma
217 construção de agenda para que se estipule um plano de ação para intervir nesses territórios,
218 auxiliando o Estado. Acrescenta que o MDS está participando de agendas com a Secretaria de
219 Políticas para as mulheres Marajoaras, que estão enfrentando situações de violação de direitos, o
220 MDS participou de Oficinas na Ilha de Marajó nos meses de maio e junho, “tendo como objetivo
221 específico favorecer o diálogo entre gestores, movimentos sociais e sociedade civil, sobre a situação
222 das mulheres ribeirinhas, definir compromissos que auxiliem na formulação de políticas específicas,
223 nessa oportunidade foi reconhecido e destacado a importância dos equipamentos da Assistência
224 Social, o CRAS o CREAS, as ações das equipes volantes que têm desenvolvido uma atenção
225 importante.” . Informa que “o MDS está desenvolvendo uma agenda que se chama “Plano de
226 Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingú” para implementar políticas públicas de iniciativa do
227 governo e da sociedade civil que atualmente abrangem em torno de 400 mil pessoas nos Municípios
228 que são impactados pela construção de hidroelétrica, Municípios de Altamira, Anapú, Brasil Novo,
229 Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Senador José Pófilio, Uruará e Vitória do Xingú. Existe um
230 Comitê gestor do plano de desenvolvimento regional sustentável do Xingú, com reuniões mensais

231 coordenadas pela Secretaria Executiva do MDS, com a participação de várias Secretarias do MDS, que
232 busca construir no diálogo com os atores desses Municípios a melhor resposta para a realidade, a
233 partir do impacto da construção das hidroelétricas. O MDS também possui uma agenda que coloca em
234 pauta a primeira infância, sobretudo na dinâmica do fortalecimento de vínculo, da convivência
235 familiar e comunitária, o MDS está desenvolvendo uma parceria com a Fundação Maria Cecília Souto
236 Vidigal, sediada em São Paulo, trata-se de uma Fundação que tem compromisso com a primeira
237 infância, essa parceria resultará em pesquisas exploratórias do Campo para que se tenha maiores
238 informações sobre as questões da faixa etária de 0 a 6 anos. O Plano de Ação 2015 já se encontra
239 disponibilizado, é necessário que os Municípios se movimentem no sentido de preencher o Plano de
240 Ação, foram aprovados 2789 planos, o Conselho já aprovou 1.008 planos, e em preenchimento 1.798,
241 tanto os gestores como os Conselheiros tem o prazo de até 30 de junho para preencher o Plano de
242 Ação, lembra que o Cadastro do Município no CadSUAS deve estar atualizado para que não ocorra
243 nenhum problema na finalização do Plano de Ação. E para melhor orientar gestores e conselheiros o
244 MDS elaborou através da Secretaria de Avaliação e gestão da informação SAGI, uma oficina que
245 capacitação que orienta o preenchimento do Plano de Ação que pode ser acessado pelo link
246 <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/oficinasead>. “O Plano de Ação, bem como o sistema da rede SUAS,
247 podem ser acessados através do link também disponível para que as informações possam chegar ao
248 MDS em tempo hábil”. **Item Informe CIT.** O Conselheiro Naelson informa que a CIT se reuniu nos dias
249 21 de maio e 11 de junho “Em maio foram tratados: balanço das pactuações nas CIB’s e deliberações
250 no CEAS nos serviços regionalizados, o papel dos Estados no apoio e assessoramento técnico aos
251 Municípios para utilização dos saldos existentes em conta, socialização das transferências federais,
252 balanço do preenchimento do Plano de Ação e demonstrativo, expansão do aceite de 2012, em junho
253 foram tratados diagnósticos dos serviços regionalizados, monitoramento da execução dos saldos;
254 orçamento de 2015, balanço dos termos de aceite e expansão de 2012”. No mês de junho os
255 membros da CIT solicitaram que fosse demonstrado ao Conselho Nacional a preocupação dos
256 Gestores com a questão orçamentária para a realização das conferências. O Presidente Edivaldo
257 informa que o assunto sobre orçamento para realização das conferências já foi debatido na Comissão
258 Organizadora. **Item Informe FONSEAS.** A Conselheira Célia informa que o FONSEAS possui uma nova
259 composição e diretoria, e na última reunião do dia 10 de junho, estabeleceu-se que todos os meses o
260 FONSEAS se reunirá nos dias que antecedem a CIT, e trimestralmente fará encontros conforme está
261 estabelecido no Regimento Interno do FONSEAS. Acrescenta que na reunião do dia 10, foi debatida a
262 questão do diagnóstico da situação dos Estados em relação aos serviços regionalizados, identificando
263 os Estados que pactuaram ou não na CIB, suas dificuldades, diante dos debates foi encaminhado uma
264 proposta de formar na CIT uma Câmara Técnica com a participação do MDS, CONGEMAS e FONSEAS,
265 para aprofundar e debater as dificuldades que dos Estados, de modo a pensar estrategicamente em
266 uma superação dessas dificuldades, analisar modelos de regionalização, desenhos, pois os modelos
267 que existentes não se adequam a realidade de todos os Estados, e na CIT essa Câmara Técnica foi
268 formada. **Item Informe CONGEMAS.** A Conselheira Márcia informa que o CONGEMAS mediante os
269 documentos e encaminhamentos junto a Comissão Organizadora, traz a preocupação com relação ao
270 orçamento na realização das conferências; outro ponto importante é a questão da diminuição da

271 maioria penal, e o CONGEMAS tem acompanhado o debate; o CONGEMAS tem procurado
272 convergir diálogo com a ONDIME, desenvolvendo algumas parcerias, tendo em vista a união que a
273 política de assistência possui com as demais políticas. Solicita ao colegiado, o calendário com as datas
274 das conferências estaduais. **Item Informes do Conselheiros.** O Conselheiro Tiago informa que
275 participou no dia 10 de junho, do Fórum Nacional de Aprendizagem representando o CNAS, e que o
276 Senado aprovou a lei de inclusão da pessoa com deficiência no último dia 10, realizará a leitura da
277 nota feita pela Agência Brasil da fonte do Senado: “ *O Plenário do Senado aprovou dia 10, substitutivo*
278 *da Câmara dos Deputados ao projeto de lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, o texto é*
279 *uma espécie de marco legal das pessoas com deficiência, e trata de questões relacionadas a diversos*
280 *aspectos da vida da pessoa com algum tipo de limitação física ou intelectual como a educação, saúde,*
281 *trabalho, infraestrutura urbana e esporte. O projeto original é de autoria do Senador Paulo Paim, mas*
282 *recebeu substitutivo da Deputada Mara Gabrili, que foi apoiado pelo próprio Paim, de volta ao Senado*
283 *o texto foi relatado pelo Senador Romário, que ficou emocionado ao citar a filha Ivi, que síndrome de*
284 *dawn, ao apresentar parecer favorável a aprovação do projeto “Hoje é um dia mais que especial, não*
285 *só para essa casa, não só para um pai que tem uma filha com deficiência, minha princesa Ivi de 10*
286 *anos, acho que todos já sabem, não só praticamente para todos que estão aqui, hoje nessa galeria,*
287 *mas para nosso país, eu acredito que nós vamos ter a oportunidade de definitivamente a ajudar a*
288 *melhorar a qualidade de vida de mais ou menos 50 milhões de pessoas fora os seus familiares”. Disse*
289 *o relator dirigindo-se aos deficientes que acompanharam a votação nas galerias e no Plenário. A*
290 *matéria define o que é deficiência, prevê atendimento prioritário em órgãos públicos, e dá ênfase as*
291 *políticas públicas para as pessoas com deficiência, fica estabelecida por exemplo, que 3% das casas*
292 *fabricadas com recursos de programas habitacionais do governo, deverão ser acessíveis a pessoas*
293 *com deficiência e 10% das vagas em hotéis deverão ter acessibilidade garantida, algumas outras*
294 *inovações o texto aprovado são a criação do auxílio inclusão, a ser pago a pessoas com deficiência*
295 *moderada ou grave que entrarem no mercado de trabalho, a definição de pena de reclusão de 1 a 3*
296 *anos para quem discriminar pessoas com deficiência e reserva de 10% das vagas às pessoas com*
297 *deficiência nos processos seletivos de curso de ensino superior, o projeto cria o cadastro de inclusão,*
298 *com a finalidade de coletar, processar sistematizar, disseminar informações já referenciadas que*
299 *permitam a identificação e caracterização das pessoas com deficiência e as barreiras que impedem*
300 *fazer valer os seus direitos, também estabelece que a reforma de todas as calçadas passa a ser*
301 *obrigação do poder público, que deverá tornar todas as rotas acessíveis, atualmente essa*
302 *responsabilidade é dos Municípios.” O texto seguiu no dia 11 à sanção da Presidente Dilma Roussef, e*
303 *ela tem o prazo legal para sancionar. A Conselheira Margareth informa que há três dias está*
304 *ocorrendo uma Comissão de Assistência Social de alguns Estados do Brasil, e termina na data atual,*
305 *visitando vários gabinetes relacionados às cinco PL’s em defesa da categoria, e um dos PL’s, que*
306 *condiz ao piso salarial, o Deputado Federal Pauderney está enviando um pedido de informação ao*
307 *Ministério do Planejamento e Orçamento para conhecimento do impacto sobre o piso salarial, e*
308 *também enviará para o MDS, para que informe a Comissão de Constituição e Tributação em relação*
309 *ao quantitativo de Assistentes Sociais. Informa que está realizando visitas aos gabinetes dos Deputados*
310 *apresentando a pesquisa que a federação dos assistentes sociais solicitou ao Dieese via central única*

311 dos trabalhadores, essa pesquisa chegou em maio, e a central dos trabalhadores será recebida pela
312 deputada Alice Portugal e Soraya Santos. E nesse momento procederá com a entrega também ao
313 MDS da citada pesquisa, ao FONSEAS e ao CONGEMAS na pessoa do conselheiro José Crus, para que
314 chegue ao MDS. o FONSEAS na pessoa da Conselheira Célia, e ao CONGEMAS na pessoa da
315 Conselheira Márcia. O Conselheiro Anderson informa que a prefeitura de Fortaleza acaba de criar um
316 centro de convivência de pessoas em situação de rua, onde homenageia um dos coordenadores do
317 Ceará que faleceu, o Cirlândio Rodrigues de Oliveira no dia 17 de junho de 2015. Demonstra
318 indignação com uma das falas ocorrida no encontro em Belém, a qual defendia a substituição do
319 Programa Bolsa Família por cestas básicas, denuncia um comportamento adotado por alguns grupos
320 da Região Amazônica que se apropriam da senha dos índios para terem acesso ao Programa Bolsa
321 Família, assim os impedindo de ter acesso, além de endividarem famílias indígenas para que deixem
322 de ser beneficiárias do programa, o que vem ocorrendo principalmente no Estado do Maranhão, e
323 por fim informa que o movimento nacional da população de rua em São Paulo está organizando o 1º
324 festival da população de rua, acrescenta que encaminhará o convite também ao CNAS, será do dia 18
325 a 21 de agosto na cidade de São Paulo, e acrescenta um dado preocupante, o qual recebeu a notícia
326 que só em Alagoas já foram, no presente mês, 14 pessoas mortas da população em situação de rua. O
327 Conselheiro Alceu primeiramente informa que a conferência nacional dos direitos da pessoa com
328 deficiência, estava prevista para o mês de dezembro, quase que simultaneamente a Conferência
329 Nacional de Assistência Social, e por uma deliberação do colegiado do CONAD ela foi prorrogada para
330 os dias 02 a 06 de maio de 2016. E o segundo informe, enquanto representante do segmento da
331 pessoa com deficiência, militante na área e também enquanto presidente do conselho estadual dos
332 direitos da pessoa com deficiência de Santa Catarina, do CONED, apresenta uma proposta de um
333 texto a ser encaminhado à presidente da república para que ela o mais brevemente sancione esse
334 texto e que seja sancionado integralmente, ademais realiza a leitura da minuta do texto, para que seja
335 submetido ao Pleno: *“Excelentíssima. Sra. presidente, como já é de seu conhecimento o senado federal
336 aprovou no último dia 3 de junho o estatuto da Pessoa com deficiência, lei brasileira da inclusão,
337 documento que tramitava desde 2003 no senado federal, quando surgiu por uma sugestão do senador
338 Paulo Paim o PLS 006/2003. Em 2006, após relatoria do senador Flávio Arns, ele foi aprovado no
339 senado federal e partiu em direção à Câmara dos deputados, onde em 2015 a relatoria da deputada
340 Mara Gabrilli foi relatado daquela casa, voltando ao senado federal em forma de substitutivo a
341 relatoria do senador Romário Faria. Foram muitos anos de discussão com a sociedade para aprovar
342 totalmente em consonância com a convenção dos direitos da pessoa com deficiência. Já promulgada
343 do Brasil e integrando a constituição brasileira. Sra. presidente precisamos que mostre ao Brasil que
344 está conosco, precisamos da sua força para sancionar com brevidade esta lei que beneficiará quase 50
345 milhões de para celeiros. Faça valer o voto de que lhe escolheu para que pudesse fazer a nossa
346 sociedade mais cidadã, mais participativa e mais acessível. Contamos com seu apoio para a sanção
347 sem vetos do substitutivo 004. Valorize a pessoa com deficiência. Alceu Kuhn, presidente do CONED de
348 Santa Catarina e conselheiro do CNAS.”* O Coordenador sugere a formação de um grupo para que
349 realize as alterações necessárias no texto apresentado, e os Conselheiros Tiago, Alceu e Carmem se
350 prontificam a modificar o texto e apresenta-lo no dia seguinte. A Conselheira Eufrásia informa que na

351 data de hoje se comemora a oitava edição do dia do orgulho autista, é uma edição mundial,
352 acrescenta que a tarde na Câmara dos deputados irá acontecer um evento para falar sobre a data,
353 destaca duas questões importantes: a primeira é o diagnóstico precoce; a segunda é a necessidade de
354 centros especializados. Questionase ha um levantamento específico para se saber quantos autistas
355 existem no país. A Conselheira Aldenora informa que esteve representando os CNAS no encontro de
356 soberania e segurança alimentar da Amazônia, e que também estava envolvida na coordenação do
357 evento, acrescenta que outros estados fizeram questão de estar presentes, como o Conselheiro
358 Anderson que é do estado de São Paulo e estava presente, pondera que houve a participação de
359 indígenas de todas as regiões da Amazônia, a Amazônia legal, principalmente, ribeirinhas,
360 quilombolas, extrativistas, seringueiros, mulheres Marajoaras. Ressalta que o foco principal desse
361 evento era a discussão sobre o que significa alimentação para os povos da Amazônia, tendo em vista
362 que esta alimentação é diferente de qualquer outra região do país, informa que ao final foi aprovada
363 uma carta da Amazônia, a qual reforça a necessidade e a urgência de tratar a alimentação da
364 Amazônia de forma diferenciada. Ademais, solicita informações do item 7 dos informes, com
365 relação ao resultado da audiência com a federação indígena Pataxó e Tupinambá. O Conselheiro
366 Leovane informa que o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, realizará nos dias 25 e 26 de
367 junho, no Paraná, em Curitiba o terceiro seminário do FNTSUAS como a perspectiva de debater a
368 respeito da situação dos trabalhadores de nível médio e fundamental dessa política. O segundo
369 informe trata-se da reunião do Conselho Federal de Psicologia, da Comissão Nacional de Psicologia da
370 Assistência Social, e um dos temas é a respeito da conferência e também da judicialização na Política
371 de Assistência Social. A Conselheira Célia informa a Conselheira Margareth, da FENAS, que o
372 documento será entregue ao FONSEAS e que na reunião do dia 8 de julho será tema de discussão,
373 informa também que a solicitação do conselheiro Anderson vai chegar, por parte da Conselheira,
374 tanto ao prefeito, quanto ao secretário Ricardo Cláudio do Ceará. A Conselheira Solange apresenta ao
375 Pleno a equipe que compõe a SENARC: Eduardo Pereira; a Sheila Carvalho, assessora, chefe de
376 gabinete da SENARC; a assessora de comunicação, Cibele; e o Luís Fernando que é o responsável pela
377 coordenação geral de articulação intersetorial no momento. **Informe Item Apresentação do Plano de**
378 **Trabalho de 2015/2016 da Secretaria Nacional de Cidadania e Renda.** O Secretário Helmut
379 Schwarzer inicia sua apresentação explanando sobre competências que o regimento interno do
380 Ministério do Desenvolvimento Social, editado em 2012, atribui a SENARC: uma competência é a
381 formulação e implementação da política nacional de renda e cidadania, das ações estratégicas
382 correspondentes; o outro é toda a ação de planejamento, implementação, controle, supervisão,
383 acompanhamento, coordenação no nível nacional do programa Bolsa Família e nesse sentido também
384 correlacionado o Cadastro Único; articular o programa Bolsa Família como políticas e programas dos
385 governos estaduais, do Distrito Federal e dos municípios; articular o Programa Bolsa Família com os
386 demais programas sociais do MDS e no restante do governo, a cooperação, o trabalho conjunto entre
387 outros ministérios da saúde, ministério da educação para a realização do direito de acesso aos
388 serviços de saúde e educação das famílias beneficiárias fazem parte do conceito das
389 condicionalidades. Explica que a secretaria tem que cumprir um papel de articulador nas suas
390 operações com um conjunto muito importante de atores, de um lado os 26 estados e Distrito Federal;

391 os 5570 municípios, Distrito Federal, os municípios tem um papel de operação, principalmente os
392 municípios da rede na ponta os estados e Distrito Federal apoiam o programa Bolsa Família e o
393 Cadastro Único com capacitação e com orientação dos municípios, com coordenadores estaduais do
394 programa Bolsa Família e do Cadastro Único dentro das respectivas equipes de gestão, e esses
395 coordenadores e equipes têm uma relação com os municípios, informa que foi estruturado programas
396 de trabalho com os coordenadores estaduais também enfocados em determinados municípios que
397 enfrentam maiores dificuldades, há uma semana e meia atrás houve reunião com os coordenadores
398 do programa Bolsa Família e do Cadastro Único na região sul e sudeste, ocorrida no Rio de Janeiro.
399 Pondera que existe a articulação com sistemas de educação e saúde, a nível federal, estadual e
400 municipal, principalmente para apoiar a realização dos direitos à saúde e educação por meio das
401 condicionalidades. A relação com as diversas secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social em
402 especial a secretaria nacional de assistência social, que tem o papel de coordenadora da Rede SUAS e
403 também o fundo nacional de Assistência Social por meio do qual ocorrem transferências de recursos,
404 por exemplo, do IGD, do Bolsa Família, a secretaria de erradicação da pobreza, a secretaria de
405 segurança alimentar e nutricional, a secretaria de avaliação e gestão, são secretarias que tem papel
406 importante na condução, no apoio, um papel sinérgico no desenvolvimento das ações do programa
407 Bolsa Família e do Cadastro Único. E por fim, a Caixa Econômica Federal, que tem um papel
408 determinado por lei, de cooperadora, de operadora conjunta, pois opera os próprios pagamentos do
409 programa Bolsa Família. Com relação a estrutura da SENARC, informa que a Secretaria tem quatro
410 departamentos, além do gabinete da assessoria direta ao secretário, sendo os três primeiros
411 departamentos, o departamento do Cadastro Único, departamento de benefícios e o departamento
412 de condicionalidades, ou seja são os três grande macro processos que são operados pela secretaria.
413 Informa que o cadastro único já evoluiu, é utilizado atualmente, obrigatoriamente, por vinte
414 programas e pontualmente foram outros dez, ou seja trinta programas na área de proteção social, na
415 área de direitos sociais utilizam informações do cadastro único para desenhar as suas ações. O
416 departamento de benefícios, éo departamento que faz uma relação com a Caixa Econômica Federal
417 na área de informática, na área de geração da folha de pagamento, o departamento de benefícios
418 também faz toda a gestão dos cancelamentos, das explosões, das inversões de cancelamentos,
419 geração de orientações para os gestores locais. O departamento de condicionalidades faz o
420 monitoramento de um lado dessas duas condicionalidades principais, seria educação e saúde, para
421 tantonecessita ter uma articulação com os respectivos parceiros nos ministérios da saúde e educação.
422 Há também o acompanhamento por Internet do SUAS quando acontece o descumprimento da
423 condicionalidade. Com relação a geração de informações trata-se de conhecer como a participação
424 dos nossos beneficiários, dos jovens no caso da educação, das famílias no caso do sistema de saúde
425 têm repercutido também positivamente, então uma parte do processo de avaliação dos resultados
426 das nossas ações. E o departamento de operações de certa forma realiza uma contextualização entre
427 os macros processos, portanto, é um departamento que trata, por exemplo, do orçamento, de
428 organizar a relação com estados e municípios, de gerenciar acessos a diversos sistemas que são
429 necessários para a administração do sistema, também da questão da fiscalização do programa, e seu
430 acesso, bem como da relação com a Caixa Econômica Federal. Após apresentação sobre a estrutura

431 da SENARC, discorre sobre o RH da Secretaria, o qual possui 191 pessoas trabalhando, 170 são
432 servidores temporários e terceirizados, entre esses 170, 72 pessoas que se encontram em cargos em
433 comissão, alguns são servidores efetivos, outros são pessoas que não têm vínculo e 21
434 estagiários. Ademais, discorre sobre o orçamento, os recursos sobre o controle da SENARC, a primeira
435 linha orçamentária é o pagamento de benefícios, onde está previsto 27,1 bilhões de reais esse ano, o
436 que permite pagar uma média de 13, 8 milhões de benefícios ao longo do ano, então todos os meses
437 em média 13,8 milhões; a segunda linha, é o IGD, índice de gestão descentralizada, que seria o
438 compartilhamento de custos, de operação com estados e municípios, principalmente com municípios
439 têm algum recurso para estados. Acrescenta que o primeiro recurso financeiro disponível para fazer
440 um pagamento de uma parcela mensal esse ano foi no final do mês de maio, foi feito o comando, o
441 recurso que permitiu pagar a parcela de Janeiro de 2015 para os estados e municípios, e o segundo
442 recurso disponível foi na primeira semana de junho, o qual pôde ser utilizado para pagar ainda o mês
443 de novembro de 2014 que estava pendente, e se encontra em restos a pagar, portanto, o mês de
444 dezembro de 2014 vai ser o próximo, espera-se até o final do mês de junho ter essa disponibilidade
445 financeira e posteriormente já tenha sido enviado para o Fundo Nacional de Assistência Social os
446 cálculos para os meses de fevereiro, março e abril. Na parte de despesas discricionárias, ou seja,
447 despesas que estão sujeitas a cortes, são duas linhas sob o comando da secretaria, uma delas trata
448 basicamente de todas as despesas de gestão, dentro do que se chama Cadastro Único SENARC, e uma
449 linha em relação ao decreto orçamentário um corte de menos de um milhão de reais, ou seja menos
450 de 10%. Informa que PPA 2016/2019 que está em elaboração desse momento, um programa temático
451 com o título inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas
452 sociais com quatro objetivos que refletem essas dimensões, as dimensões da ação do Bolsa Família.
453 Apresenta oito tópicos, um deles seria a qualificação do Cadastro Único, o segundo tema evolução
454 institucional do próprio programa Bolsa Família, terceiro tema diálogo social e comunicação, quarto
455 tema agenda interfederativa, essa relação com estados e municípios, quinto o posicionamento
456 internacional do programa Bolsa Família e do Cadastro Único, o sexto com tema de fiscalização e de
457 gestão de riscos, onde deseja-se fortalecer institucionalmente, o sétimo tema são as reflexões sobre o
458 papel do programa e do Cadastro Único, pondera que nesse ponto estão incluídos alguns temas de
459 condicionalidades, e o oitavo é um tema que é transversal em toda a secretaria que é o
460 desenvolvimento da tecnologia de informação. No caso do Cadastro Único já está na praça um grande
461 processo de averiguação e de revisão cadastral para esse ano, está organizado de tal modo,
462 diferentemente de anos anteriores em que se publicou etapa por etapa, mas sim com a publicação
463 integral, para que os gestores possam se programar ao longo de todo o ano. Em termos de cobertura
464 o Cadastro Único possui uma cobertura bastante elevada, são 27 milhões de famílias, no entanto
465 alguns grupos populacionais especiais, tradicionais e especiais, os GPTS precisam de algum cuidado
466 especial e se faz necessária uma agenda de trabalho específicas, informa que certos grupos
467 tradicionais especiais já tem um nível de cobertura bastante elevado, quilombolas, indígenas por
468 exemplo, a população de rua possui uma agenda de trabalho que está indo bem como a SNAS.
469 Informa que se encontrará nas próximas duas semanas com o secretário de inspeção do trabalho do
470 ministério do trabalho para renovar o acordo de cooperação técnica em relação às populações, as

471 pessoas que foram liberadas de condições de escravidão ou análogo a escravidão. E a outra dimensão
472 também importante sobre esse tópico de coordenação com outros programas e usuários do cadastro
473 é a definição de como outros programas utilizam as informações do cadastro. É necessária uma
474 aproximação maior com outros programas de usuários, mais recentemente relata o exemplo do SISU,
475 com o Ministério da Educação. Considera necessário melhorar o modo como o Cadastro Único é
476 utilizado para identificar, então os critérios não necessariamente são os mesmos no caso da política
477 educacional e no caso do Cadastro Único, então política educacional cobre populações, pessoas até
478 um salário mínimo e meio de renda familiar, enquanto que no Cadastro Único é meio. Ressalta que
479 atualmente existe a chamada V7, que é o sistema operacional do Cadastro Único, e poderia ir até
480 2017/2018 numa proposta de V8, de uma nova versão do cadastro único. E por fim, informa o
481 aniversário de 15 anos do Cadastro Único para comemorar, e fazer algumas ações específicas, boas
482 práticas, publicação, alguns eventos comemorativos. Explana que existe uma ideia do departamento
483 de benefícios há bastante tempo é que projeto de educação financeira poderia ser desenvolvido de
484 forma adequada ao público do PBF. Em termos de diálogo social e comunicação, é uma das
485 prioridades da Ministra fortalecer a comunicação com os beneficiários e com a sociedade, informa eu
486 a SENARC está trabalhando para criar um boletim estatístico da secretaria que dissemine informações
487 básicas que dê transparência a uma série e estatística do programa Bolsa Família e do cadastro. Com
488 relação ao diálogo com gestores estaduais e municipais e a participação nos espaços como do o
489 Conselho Nacional de Assistência Social, conferência Intergestores tripartite, onde a SENARC também
490 tem um assento e as conferências assistência social e da juventude, considera importante que a
491 SENARC, Bolsa Família, Cadastro Único tenha um feedback, dos atores e das populações que são
492 tocadas pelos programas. Entende que a agenda interfederativa é necessária desenvolver um novo
493 termo de adesão dos estados e municípios, porque o atual termo de adesão que está válido é de 2006
494 que foi do início do funcionamento praticamente do programa Bolsa Família. No que diz respeito a
495 capacitação, a SENARC tem um programa de capacitação de trabalhadores do sistema Cadastro Único
496 e Bolsa Família, os Estados têm um papel muito importante como multiplicadores dessa capacitação,
497 informa que há um conjunto de cursos para gestor do Bolsa Família, entrevistador, gestor do
498 cadastro, e alguns cursos especializados, e estão sendo desenvolvidos cursos avançados, sendo o
499 curso avançado de gestão do Bolsa Família por exemplo, talvez para este ano de 2015 não seja
500 possível, mas para o ano de 2016 seja possível, acrescenta que há um conjunto de cursos a distância e
501 de tutoriais disponíveis e outros que estão sendo desenvolvidos, pois, há em torno de 176.000 pessoas
502 que atuam na ponta, na gestão de alguns dos sistemas em algumas das funções necessárias para a
503 operação do sistema. Pondera algumas das pactuações de complementação com estados e
504 municípios: por exemplo, a SENARC acaba de assinar a extensão da pactuação com estado do Rio de
505 Janeiro, outros dez estados e Distrito Federal tem também pactuações, algumas vencem agora no
506 segundo semestre desse ano e será tratado com os respectivos governos estaduais, do Distrito
507 Federal sobre a extensão, caso seja de interesse do governo dessas complementações. Pondera que
508 está quase pronta uma nova portaria do IGD que simplifica o índice de cálculo, o índice de atualização
509 cadastral, onde se consolida uma taxa de cobertura e uma taxa de atualização cadastral. Na parte
510 internacional tem-se uma relação importante com o Banco Mundial, que tem uma ação chamada,

511 “Mundo Sem Pobreza”, de colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Social para a
512 disseminação de informações, das boas práticas que estão acumuladas pelo Bolsa Família e pelo
513 Cadastro Único e também por outras políticas de produção social no Brasil. Considera importante a
514 relação com a Cepal, com a comissão econômica para América Latina, porque a comissão econômica
515 para América Latina pensa os desenvolvimentos dentro do contexto latino-americano, então não é,
516 uma visão neutra, global, mas é contextualizada na realidade latino-americana, bem como também,
517 manter a relação que o MDS tem com a OIT e com a associação internacional de Seguridade social,
518 recentemente foi enviado um funcionário da SENARC para participar de um curso promovido pela OIT
519 e a ISS na escola de Turim e esse curso tratou de informática aplicada à gestão de sistemas de
520 proteção social. O sexto item é fiscalização e gestão de riscos, foi publicada na presente data no diário
521 oficial a cessão de um funcionário da Caixa Econômica Federal, o Antônio Bráulio, que veio do setor
522 de complementar, portanto, principalmente na previdência complementar, desenvolveu-se muito
523 essa prática ou essa cultura de antecipação, de gestão de riscos. Apresenta o último slide, a partir de
524 reflexões, do que pode desenvolver em termos de regras para o futuro, entende de suma importância
525 o lema da pátria educadora, então como o Bolsa Família e o Cadastro Único já tem uma relação
526 importante com a educação por meio da condicionalidade, entende importante refletir sobre como
527 fortalecer essa contribuição ou essa articulação entre Bolsa Família, Cadastro Único e o sistema
528 educacional. Na parte das condicionalidades e do SUAS é importante continuar desenvolvendo o uso
529 do SICON, do sistema de informações sobre condicionalidade pelos gestores do SUAS na ponta e
530 também nessa relação do programa, o acompanhamento das famílias que descumprem
531 condicionalidades. Pondera que em certo momento é importante o acompanhamento da assistência
532 social para verificar os motivos pelos quais eventualmente a condicionalidade não tenha sido
533 cumprida. Na área de saúde a taxa de cobertura é de 75%, registrado no final do ano passado, ainda
534 esta monitorar um quarto das famílias, muitas vezes em regiões metropolitanas. A SENARC
535 atualmente possui um viés muito de operadora, uma secretaria de gestão e não tem uma área
536 específica da SENARC que é encarregada de estudos e pesquisas, entende necessário ter mais estudos
537 sobre cobertura e impactos, e em comogovernar com outros programas, bem como desenvolver o
538 modelo de projeção de longo prazo. O último tema, seriam ações de desenvolvimento de TI que
539 obviamente é uma parceria com a caixa e com outros setores do governo, com o departamento de TI
540 da própria Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e tem com a Caixa tem um
541 conjunto de aperfeiçoamentos, de melhores dos atuais sistemas, o SIBEC, por exemplo, a V7 que
542 permanentemente tem uma agenda de mudanças, de adaptações desse sistema a partir das próprias
543 necessidades e dos problemas que às vezes percebidas na operação na ponta mas também tem um
544 desenvolvimento em curso com a Caixa Econômica Federal de um novo sistema gestão dos benefícios
545 que tem uma sigla SIBEN, originalmente está previsto para 2016, para meados de 2016, e ressalta que
546 deve haver preocupação com temas de segurança e privacidade dos dados. Após a escuta dos
547 questionamentos de alguns Conselheiros o Sr. Helmut entende ser interessante a proposta do
548 Conselheiro Anderson, sobre o encontro com os usuários, com a realização de uma reunião com o
549 fórum nacional de usuários e também de aproveitar a ida para várias regiões, para ouvir também os
550 usuários as suas particularidades, especificidades, frisa mais uma vez a importância de se realizar e

551 estudar formas de capacitação financeira voltada os beneficiários do Programa Bolsa Família.
552 Acrescenta que a lei do Bolsa Família descreve que o cadastro tem a maturidade, e isso significa, que
553 no máximo a cada dois anos precisa-se de informações sobre a situação das respectivas famílias.
554 Informa que a agenda de trabalho da SENARC, também propõe exatamente a continuidade do projeto
555 de construção conjunta dos sistemas SUAS com o programa Bolsa Família. E por fim se dispõe a
556 participar de discussões em detalhe da equipe sobre o que os conselheiros queiram saber sobre
557 programa Bolsa Família, do Cadastro Único. **Item Apresentação do ID Conselhos.** O Sr. Luís Otávio
558 Faria discorre sobre o tema “proposta do indicador relativo aos Conselhos”, em particular, aos
559 Conselhos Municipais de Assistência Social. Destaca que o objetivo deste indicador é tentar pensar
560 alguns elementos que apresentam maior relevância e, a partir deles, produzir uma visão geral dos
561 dados coletados no censo. Do ponto de vista metodológico, primeiramente, o modelo de indicador, é
562 dividido por dimensões, no caso do Conselho, há a dimensão relacionada à estrutura administrativa
563 desse Conselho; à composição e relativa à dinâmica de funcionamento, cada uma dessas dimensões
564 tem uma pontuação que vai de um a cinco, onde cinco é o valor melhor, assim, ele traduz aquela
565 situação que mais se aproxima da situação almejada. Pondera que o indicador precisa se aproximar da
566 realidade o máximo possível, mas ele nunca irá capturar a totalidade do real. Com base nas três
567 dimensões que variam de um a cinco, realiza-se uma média, para ter o valor final do indicador
568 sintético. Informa que não há nada nos níveis de baixo que já não esteja contido no nível cinco, o que
569 ocorre é uma flexibilização do nível cinco. Analisa a dimensão de estrutura administrativa,
570 correspondente no nível cinco, o Conselho, deve possuir previsões de recursos na Lei Orçamentária
571 Anual, deve utilizar para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD, deve possuir
572 Secretaria Executiva, entretanto no caso de municípios de grande porte ou metrópole, o Secretário
573 Executivo tem que ser exclusivo, deve possuir uma ou mais salas de uso exclusivo e observamos
574 também que ele deve possuir um *kit* mínimo de equipamentos, que possibilite a esse Conselho ter um
575 veículo, ainda que seja compartilhado, então, esse veículo, ele pode ser exclusivo ou compartilhado, o
576 Conselho precisa minimamente ter um computador conectado à *internet*, ter um telefone, sendo que
577 para municípios grandes e metrópoles, considera-se que esse telefone, deve ser exclusivo do
578 Conselho. Acrescenta que dos Conselhos existentes, foi observado que dos 5.366 Conselhos que
579 responderam o Censo/SUAS em 2014, 832 atendiam simultaneamente a todos aqueles requisitos do
580 nível cinco, ou seja, corresponde a 15,5% dos Conselhos, resultando na distribuição de 832, no nível
581 cinco; 855, no nível quatro; 1.577, no nível três. Em relação à dimensão correspondente à dinâmica de
582 funcionamento, as informações observadas para caracterizar essa dinâmica de funcionamento no
583 nível cinco, a primeira delas é observar se o Conselho realizou pelo menos 10 reuniões no ano
584 anterior; se possui regimento interno; se o Conselho deliberou sobre o orçamento do Executivo; se ele
585 deliberou sobre o plano de Assistência Social; se ele fiscaliza os serviços, programas e projetos da
586 rede pública e, porventura, onde existam entidades da rede privada; se esse Conselho formalmente
587 atua como instância de controle social do programa Bolsa Família; se ele acompanha o cumprimento
588 das deliberações da Conferência Municipal; e, por fim, se ele realiza ações de mobilização ou reuniões
589 descentralizadas, reuniões ampliadas. Observa-se, nessa dimensão, que há em torno de 16% no nível
590 quatro, sendo 1.483 Conselhos no nível três, considerando o nível dois e o nível um, somados,

591 resultam em torno de 2.100 Conselhos. Informa que na terceira dimensão, que é a composição do
592 Conselho, o primeiro item observado é em relação ao número de Conselheiros que compõem o
593 Conselho, para que ele seja classificado como nível cinco, deve ter, pelo menos, 10 Conselheiros
594 Titulares, no caso de municípios de grande porte e metrópole, e, para municípios de pequeno ou
595 médio porte, ele deve ter, no mínimo, oito Conselheiros Titulares, pondera que esses números
596 garantem, ao menos, sempre a participação não só da Assistência, mas também da educação, da
597 saúde e, por parte da Sociedade Civil, dos diversos segmentos, de usuários, trabalhadores, entidades.
598 Demonstra que são 716 no nível cinco, 449 no nível quatro, 870 no nível três, e 1.760 no nível dois, e
599 1.567 no nível um, ou seja, é uma concentração muito grande, em torno de 60%, nos níveis um e
600 dois. Destaca que também é possível verificar os dados por portes e por regiões. Devido ao adiantado
601 da hora o Sr. Luís Otávio se coloca a disposição, dos Conselheiros, para enviar e esclarecer dados
602 posteriormente. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para
603 retornarem às 15h00. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva
604 a conferência do quórum: Conselheiros presentes: Telma Maranhão Gomes, Marlene de Fátima
605 Azevedo Silva, José Ferreira da Cruz, Célia Maria de Souza Melo Lima, Alceu Kuhn, Anderson Lopes
606 Miranda, Samuel Rodrigues, Edivaldo da Silva Ramos, Patrícia Alves Vieira. Conselheiras no exercício
607 da titularidade: Fábio Moassab Bruni e Conselheiros Suplentes presentes: Mariana Souza Silva,
608 Eufrásia Agizzio, Jucileide Ferreira do Nascimento e Leovane Gregório. **Item Painel: A Construção do**
609 **PPA 2016/2019. Subtema um: O processo de participação social nas políticas públicas:** O Convidado
610 Renato Simões discorre sobre a ideia de que o governo da pátria educadora é um governo de diálogo
611 e de participação social. Isso está presente no discurso da Presidenta Dilma, da sua posse quando ela
612 conclama a sociedade ao diálogo e à participação. E ela diz que: *“A pátria educadora é ao mesmo*
613 *tempo a inclusão do conjunto da população brasileira nas Políticas Públicas de Educação, da creche a*
614 *Pós-Graduação.”*. O objetivo é o de buscar o aprimoramento dessa participação social através de duas
615 grandes diretrizes, que é a da melhoria da qualidade da participação social nesses instrumentos já
616 tradicionalmente incorporados a forma de governo e, ao mesmo tempo, o aumento da efetividade da
617 resposta governamental a essa participação. O primeiro a participação social nas Conferências, a
618 Presidenta quer vincular a ideia das Conferências, não só o debate das Políticas Públicas Setoriais, mas
619 também há um debate estratégico do projeto de nação. E uma das dimensões desse projeto
620 estratégico é justamente à vinculação ou aproximação do ciclo do planejamento, finanças e gestão do
621 ciclo e das Conferências. Então realiza-se uma experiência nessa participação social no PPA do que
622 pode vir a ser uma consolidação de um método de governo com o planejamento participativo e
623 controle social sobre Políticas Públicas e orçamento. E tanto o processo das Conferências quanto o
624 processo da participação social do PPA, nas LDOs e nas LOAS do período, então permeadas por essa
625 ideia da participação social digital e buscar incluir a esses mecanismos tradicionais de participação
626 social novos sujeitos, novas linguagens, novas práticas sociais e interagindo com o governo e com o
627 conjunto da sociedade. Essa ideia para as Conferências, trabalha com três grandes objetivos dentro
628 desse projeto, primeiro que é: melhorar a qualidade da participação, melhorar a efetividade da
629 resposta governamental. Mas os objetivos para o processo das Conferências é consolidar uma
630 visibilidade cada vez maior da diversidade que compõe o povo brasileiro na representação das

631 Conferências, buscando sempre que possível um mínimo de 50% de mulheres nos mecanismos de
632 participação. E uma maior expressão dessas diversidades geracionais, *ethno* raciais e regionais no
633 processo das Conferências como um todo. Essas são metas para que se possa cada vez mais afirmar
634 essa diversidade como uma fonte importante de reflexão e prática das Conferências. Além disso, o
635 aprimoramento das metodologias das Conferências, quando se fala de aprimoramento do processo,
636 tem em vista tanto a inclusão de novos sujeitos através de ambientes digitais, como também do
637 monitoramento dos resultados, ou seja, o que é de fato a sociedade de apropriação daquilo que é a
638 execução dos compromissos assumidos pelas Conferências e a uma territorialização dessa
639 participação que é algo desejado-se pesquisar bastante. A Presidenta está fixada nela, que é a ideia de
640 que as Conferências devem além de elaborar os seus projetos específicos, as suas Políticas Setoriais,
641 inserir os projetos estratégicos do governo no debate, para que se possa fazer, ter uma visão holística
642 dos processos e das metas e dos objetivos de cada política inserida em um grande projeto nacional.
643 Há 14 Conferências planejadas para 2015/2016, por uma projeção que o IPEA faz para o processo de
644 Conferências, pode-se movimentar em um ano de agora até junho de 2016 mais de dois milhões de
645 pessoas nas várias etapas das Conferências já programadas. O foco se encontra em primeiro lugar em
646 garantir e isso foi determinante à vontade política da Secretaria-Geral e Ministério do Planejamento,
647 de inserir uma, algum tipo de participação social em cada etapa de elaboração e revisão do
648 PPA. Busca-se de alguma forma desde o debate sobre as diretrizes e eixos estratégicos como debatido
649 no Fórum Dialoga Brasil de abril. Até as construções dos programas e das propostas de cada
650 Ministério para o PPA, interagindo com essa orientação de que os Ministérios devem interagir com os
651 seus Conselhos no debate sobre objetivos, metas e iniciativas que levarão para o PPA. Passando pela
652 dimensão regional, pela dimensão setorial e pela validação de um processo através de um novo
653 Fórum em que os Conselhos e as entidades poderão aferir e interagir com aquilo que foi aproveitado
654 ou não aproveitado da sua contribuição antes da validação pela Presidenta e envio ao Congresso
655 Nacional. Em cada uma dessas etapas está havendo alguma participação social e há permeação de
656 todo esse processo pelos canais digitais, ou seja, não só através de Fóruns e eventos presenciais, mas
657 também através de ambientes virtuais. E foi colocada como meta e a partir do momento em que
658 estiver concluído o processo de elaboração do PPA, inclusive o Secretário Gilson Bitencourt já até
659 anunciou no Fórum da Juventude, de pronto será trabalhado conjuntamente na definição do
660 monitoramento e da revisão do PPA para daqui dois anos. Então sairá desse processo não só
661 encaminhando uma peça à Presidenta Dilma para que ela possa então fazer as suas decisões e
662 encaminhar ao Congresso, como também como uma proposta de como monitorar e como realizar na
663 metade do exercício um revisão participativa do PPA. Esse cronograma, portanto, é um cronograma
664 que começou com o Fórum Dialoga Brasil, a primeira edição com até oito Conselheiros e Conselheiras
665 de cada um dos 34 Conselhos e nove Comissões Nacionais mais 50 entidades nacionais, que foram
666 convidadas entre centrais sindicais, confederações empresariais, grandes movimentos sociais
667 nacionais, que trabalhou basicamente o tema estratégico do PPA a partir dos desafios e das propostas
668 para esse ambiente. Passou no mês de junho por esses dois instrumentos, oficinas comandadas pelo
669 planejamento com todos os Ministérios para definir programas, objetivos, metas, iniciativas, sendo
670 que os Conselhos não participavam das oficinas diretamente pela participação da sociedade civil, mas

671 pela participação governamental, mas com uma forte recomendação de que validasse previamente e
672 ao longo do processo as suas posições com os seus respectivos Conselhos.A consulta pública será
673 iniciada com quatro temas, o tema da saúde, da educação, da redução da pobreza e da segurança
674 pública que dizem respeito a quatro Ministérios específicos: saúde, educação, justiça e assistência e
675 desenvolvimento social. Esses quatro temas se desdobrarão em três, quatro, cinco, até sete
676 programas que serão consultados, população poderá interagir e sugerir propostas para esses
677 programas. E os Ministérios dessas áreas, a Ministra Teresa no caso aqui vai responder em um *hang*
678 *out* as propostas mais apoiadas, e de modo se possa ter uma interação. E que também ajude a
679 aprimorar a qualidade da Política Pública e a relação com usuários desses programas. Mas não só,
680 tem-se condição de acoplar ao Participa.br consultas públicas dos Ministérios, ambientes virtuais de
681 funcionamento dos Conselhos, de realização das Conferências.A Conferência de Juventude, por
682 exemplo, criou uma metodologia para que até 30% de delegados e delegadas seja tirada em ambiente
683 virtual, que exige não só que o candidato a delegado entre para dar um palpite pela Internet, mas que
684 ele se articule, se mobilize através de redes sociais e de ambientes virtuais para poder ter direito a ser
685 delegado ou delegada.As tecnologias e linguagens digitais, elas têm que, portanto, estarem
686 incorporadas e planeja-se isso nas Conferências, no PPA, na LDO, na LOAS com crescente espaço de
687 interação por meio digitais. E para isso será criado um laboratório para o desenvolvimento,
688 experimentação, formação, desenvolvimento.Acredita na participação no PPA e propõe para que a
689 Secretaria-Geral no PPA assuma essas metas como as suas metas, esses objetivos como seus
690 objetivos. Após questionamentos dos Conselheiros o Sr. Renato esclarece que transformar políticas
691 de governo em políticas de estado é uma coisa brutalmente desafiadora.Pois constata-se que ser
692 usuário de uma política bem-sucedida não torna ninguém mais consciente ou mais participante.
693 Existe a necessidade e um processo de geração de consciência, de educação popular, de mobilização
694 cidadã, para que essas pessoas que são beneficiárias ou objetos de Políticas Públicas, se transformem
695 em sujeitos e participantes desse processo. Informa que a plataforma, já dispõe de possibilidade de
696 transmissão *online* de reuniões, exemplifica que todos os Fóruns tiveram cobertura digital e interação
697 digital.Está aberto para os Conselhos Nacionais, analisada a adequação do local e do ambiente para
698 gerar a imagem, mas a ferramenta existe e está disponível.**Item Subtema dois: O desenho do PPA**
699 **2016/2019.**A Sra. Débora Nogueira o PPA explana que o PPA possui duas dimensões muito claras:
700 primeiro uma dimensão estratégica; e outra dimensão que concretiza essa dimensão estratégica que
701 são os programas.No PPA dimensão estratégica, tem-se os programas temáticos e dentro dos
702 programas temáticos, objetivos, metas e iniciativas.Antes não havia identificação no PPA dos
703 principais programas que o governo sustentava, e divulgava. Então foi possível trazer essa linguagem
704 para o PPA e conseguir trabalhar isso, organizando o PPA em temas de Políticas Públicas e não mais
705 pela estrutura institucional dos Ministérios. O PPA atualmente, também reflete os compromissos, as
706 metas que o governo assume, com isso é possível dialogar, debater muito mais e conseguir apropriar
707 no PPA o fruto desse debate.Explica que não ocorreu simplesmente uma redução do número de
708 metas, é uma qualificação na meta do que o governo vai efetivamente fazer, o que facilita o debate, a
709 participação social, o monitoramento, avaliação, e a construção.Caracteriza-se um desafio trazer para
710 o PPA de forma mais concreta essa vinculação com o orçamento. Então no PPA 2016/2019, para cada

711 objetivo de cada programa, de Política Pública, vai ter uma vinculação com a questão do recurso, seja
712 ele orçamentário, seja ele extra orçamento com os vários outros recursos referentes a construção de
713 Política Pública, que nem sempre passam pelo orçamento, recurso do BNDES, recursos dos fundos
714 constitucionais. Os eixos estratégicos que estão sendo propostos para o PPA 2016/2019, que se
715 relaciona com o que o governo vem apontando o que vai ser as suas apostas para esse próximo
716 período. Então em um Brasil que se diz pátria educadora, tem-se como eixo estratégico o acesso
717 universal à educação de qualidade para garantir a cidadania e ampliar as capacidades da população,
718 mas é também um modelo, desenvolvimento que induz e que aposta na inclusão social para além da
719 renda, com melhor distribuição das oportunidades de acesso a bens e serviços públicos com foco na
720 qualidade. Foi apresentado e discutido com o governo e a sociedade o conjunto de 21 diretrizes
721 estratégicas. O Fórum Interconselhos, entendeu que deveriam ser duas diretrizes estratégicas muito
722 claras: *“Assegurar o acesso com qualidade à Assistência Social e garantir o direito humano à*
723 *alimentação adequada e à soberania e segurança alimentar e nutricional.”* Já no mesmo debate no
724 Fórum Interconselhos também surgiu a proposta de separar, termos o acesso com qualidade à
725 Assistência Social em uma diretriz e a garantia à segurança alimentar e nutricional em outra diretriz.
726 Destacando dessa forma essas duas diretrizes de forma mais clara no PPA que vão ganhar concretude
727 com os programas temáticos. No Fórum Interconselhos foram 370 representantes dos Conselhos
728 Setoriais de Políticas Públicas e foram debatidas as diretrizes estratégicas do ponto de vista regional e
729 do ponto de vista temático. Totalizam 37 desafios, 39 propostas de diretrizes e 48 propostas de ação
730 do governo para serem incorporadas aos programas temáticos. Nos grupos que foram discutidos os
731 temas, grupos discutiram saúde, educação, Assistência Social, desenvolvimento agrário,
732 desenvolvimento urbano. Foram 57 propostas, desafios para essas políticas, 21 propostas de
733 diretrizes e 130 propostas de atuação. Atualmente no PPA 2012/2015 são 65 programas temáticos,
734 para o PPA 2016/2019 são 54 programas temáticos, isso aconteceu não por querer reduzir programa,
735 mas porque em algumas políticas percebeu-se que elas seriam mais efetivas e mais claras no PPA, se
736 houvesse a concentração no tratamento por uma única temática. Pondera que os objetivos trazem o
737 que o governo vai fazer nos próximos quatro anos, as estratégias de governo estão apontadas nos
738 objetivos, o governo vai implementar uma série de metas no seu dia a dia que vão atingir aqueles
739 objetivos. Atualmente existe a seguinte construção: 54 programas e 1.200 metas. Informa que serão
740 realizadas oficinas de monitoramento, não só oficinas de elaboração, então tem há toda uma aposta
741 de monitoramento, e ela vai ser tão mais efetiva e tão mais bem-sucedida quanto for o desenho dos
742 programas. As iniciativas direcionadas para quem está monitorando o PPA e as Políticas Públicas,
743 também é um espaço extremamente importante, como se a iniciativa fosse o roteiro para assegurar
744 que aquela meta vai ser atingida, do ponto de vista de gestão, de articulação, de diálogo para
745 sustentar aquela meta. Dos 54 programas temáticos são 24 programas que são da área social, que
746 foram construídos nessas oficinas com os Ministérios nos meses de maio e junho depois no Fórum
747 Interconselhos, para apropriação das propostas do Fórum Interconselhos. Então políticas para as
748 mulheres, promoção da igualdade, enfrentamento à violência, Previdência Social, promoção da
749 igualdade racial e superação do racismo, promoção dos direitos da criança e do adolescente,
750 promoção dos direitos da juventude. Continuando o programa específicos de juventude, promoção

751 dos direitos das pessoas com deficiência, promoção e defesa dos Direitos Humanos, proteção e
752 promoção dos direitos dos povos indígenas, reforma agrária e governança fundiária, agricultura
753 familiar. Consolidação como vocês tinham falado aqui a pouco, a proposta do Plano Decenal.
754 Acrescenta que os objetivos do Programa Moradia Digna são cinco, e que ele dá as apostas
755 estratégicas para os próximos quatro anos: melhorar as condições de vida e de habitabilidade das
756 famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários. O programa consolidação e Sistema
757 Único de Assistência Social têm três objetivos discutidos na ENAP: Manter, aplicar e qualificar os
758 serviços de proteção social básica e especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e
759 risco social e pessoal; Qualificar a gestão do BPC, concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com
760 deficiência elegíveis e que ainda não recebem; fortalecer as estratégias de inclusão beneficiária dos
761 serviços socioassistenciais e nas demais Políticas Públicas; e contribuir no aprimoramento da
762 regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF. Informa que mês de julho vai ser o
763 mês de definição, de discussão dos recursos orçamentários no governo, tanto dos limites, pois cada
764 Ministério recebe um limite de recursos que ele vai ter para 2016 e um limite de recursos previstos
765 quais serão informados, divulgar para os próximos três anos. Então fecha por vez o PPA que será
766 enviado ao Congresso em 31 de agosto, depois de todo esse processo. Após os questionamentos dos
767 Conselheiros a Sra. Débora Nogueira esclarece que o mais difícil nas discussões sobre gestão pública
768 são as duas questões levantadas. A questão territorial e a questão multissetorial. A multissetorialidade
769 é um desafio enorme, porque há um costume de se trabalhar de forma muito fragmentada,
770 entretanto há tentativa no PPA de trazer um desenho que colabora mais com uma visão transversal,
771 multissetorial, mas muitas vezes o PPA se depara com Ministérios que trabalham muito na sua lógica.
772 E o que eles produzem também muitas vezes, produzem na sua lógica de implementação, mas aos
773 poucos se tenta criar mecanismos de gestão que ajudem a ter uma visão mais multissetorial na
774 elaboração e na implementação das políticas. Uma das propostas trabalhadas é a construção de
775 agendas transversais. Responde que tem trabalhado sim com as Secretarias Estaduais de
776 planejamento, explica que é difícil, porque em geral as Secretarias Estaduais de Planejamento, utilizam
777 muito do que é proposto, e geralmente acompanha o que a gente está propondo como metodologia.
778 Então muitas Secretarias incorporaram essa metodologia do PPA, outras menos e outras ainda não,
779 ainda vão começar a fazer. Mas já foram feitas ao menos quatro grandes debates com o CONSEPLAN,
780 que é o Conselho dos Secretários Estaduais de planejamento, debates metodológicos. Por último o
781 maior desafio considerado depois da elaboração, é justamente o monitoramento, neste caso há uma
782 preocupação em cair na discussão quantitativa e ficar nela, porém existem as iniciativas, que são
783 elementos importantes de monitoramento, e as metas, não são só quantitativas, as metas também
784 são qualitativas, pois se qualifica Política Pública não por um número, por uma meta quantitativa, mas
785 às vezes pela qualidade dos serviços públicos. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião,
786 convidando a todos para retornarem no dia seguinte às 9h. **ABERTURA.** Aos dezenove dias do mês de
787 junho de dois mil e quinze, o Presidente reiniciou a 234ª RO do CNAS, solicitando a conferência do
788 quórum pela Secretária-Executiva: Conselheiros Titulares presentes, Telma Gomes, Marlene de
789 Fátima Azevedo Silva, José Ferreira da Cruz, Célia Melo Lima, Raimunda Nonata Cadó, Cláudia
790 Faquinote, Alceu Kuhn, Anderson Lopes Miranda, Samuel Rodrigues, Edivaldo Ramos, Patrícia Vieira;

791 Conselheiros no exercício da Titularidade, Juliana Gatti, Fábio Bruni, Márcia Leal Góes; Conselheiros
792 Suplentes presentes, Thiago Cabral, Naelson Ferreira, Dulcineia Francisco, Aldenora González, Carmen
793 Fogaça, Eufrásia Agizzio, Jucileide do Nascimento, Leovane Gregório. O Presidente Edivaldo lembra
794 que os Conselheiros que não possuem crachá de identificação no Ministério deverão fazê-lo para
795 maior agilidade na identificação. O Conselheiro Anderson solicita que o relato da Comissão de Política
796 seja adiantado, tendo em vista que possui compromisso no período da tarde com o Fórum dos
797 Usuários e a Secretária Ieda Castro. A Conselheira Cláudia propõe ao pleno que seja feita novamente
798 uma nota de repúdio contra a redução da maioria penal, a PEC 171 a qual será votada no
799 Congresso nos dias 29 e 30 de junho. O Pleno aprovou a solicitação para realização da nota de
800 repúdio contra a maioria penal, sendo responsáveis por sua elaboração as Conselheiras Cláudia e
801 Telma.**Relato da Presidência Ampliada:** pela Vice-Presidente Marlene: *“Memória da reunião*
802 *Presidência Ampliada, Reunião 05/2015. Data: 17/06/2015, de 16h30 às 19h. Participantes da*
803 *Previdência Ampliada: Edvaldo da Silva Ramos, Presidente do CNAS; Marlene Azevedo, Vice-Presidente*
804 *do CNAS; Anderson Miranda, Coordenador da Comissão de Política de Assistência Social; Cláudia*
805 *Faquinote, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social, Telma Maranhão,*
806 *representante, Coordenadora da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social;*
807 *Solange Teixeira, Coordenadora da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos de Assistência*
808 *Social; Secretária-Executiva Maria Auxiliadora Pereira; Secretária-Executiva Substituta Silvani Souza;*
809 *apoio e gabinetes: Tháís Braga, apoio de Gabinete Maria do Socorro Cruz, apoio do Gabinete. 1 -*
810 *Informe sobre as reuniões das Comissões Temáticas do CNAS. Os quatro Coordenadores foram*
811 *reconduzidos assim como seus respectivos Coordenadores Adjuntos, foram informados os principais*
812 *assuntos discutidos no âmbito de cada comissão. 1.1 - A Coordenadora da Comissão de*
813 *Acompanhamento dos Conselhos apresentou à Presidência Ampliada consulta formulada pelo Vice-*
814 *Presidente em exercício do Conselho Municipal de Assistência Social de São Manuel, São Paulo, por*
815 *meio do Ofício 030/2015, que questiona se há impedimento que o mesmo, sendo Vice-Presidente, e ao*
816 *mesmo tempo Vice-Prefeito possa assumir o exercício da Presidência, tendo em vista o afastamento*
817 *temporário da Presidente que representa uma entidade conveniada. Encaminhamentos, sugerir ao*
818 *CNAS de São Manuel, consulta aos órgãos competentes de Assessoria Jurídica do Município,*
819 *considerando a legislação municipal vigente. O segundo encaminhamento, o CNAS deverá dar*
820 *conhecimento da questão ao Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo. Item 2 -*
821 *Representações do CNAS em Comissões Temáticas, Comitês, Grupos, Fóruns e outros.”* Penso que a
822 gente pode fazer a leitura no final do Relatório, pode ser? Está bem. *“A Presidência solicitou que a*
823 *sociedade civil e Governo revissem as suas representações, para apresentar na Plenária de julho, às*
824 *indicações foram feitas e seguem para aprovação plenária. 3 – Convites. 3.1 – Conferências*
825 *Municipais de Assistência Social, que estão no anexo b, critérios para participação e representação do*
826 *CNAS nas Conferências Municipais das Capitais Estaduais e do DF; será seguida a ordem de prioridade,*
827 *Presidente, Vice-Presidente, Coordenador de Comissões Temáticas Permanentes, integrantes da*
828 *Comissão Organizadora e demais Conselheiros. 3.2 – 3º Seminário Nacional do Fórum Nacional dos*
829 *Trabalhadores do SUAS. O Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS realizará nos dias 25 e 26 de*
830 *junho próximo, em Curitiba, Paraná, o 3º Seminário Nacional com o tema, Trabalhadores e*

831 *Trabalhadoras do SUAS em Cargos de Nível Fundamental e Médio, Perspectiva de Atuação e*
832 *Valorização do Trabalho. Procurando ter expositores e debatedores que possam contribuir para as*
833 *reflexões sobre as condições e relações de trabalho, e os princípios éticos do SUAS, sob o olhar dos*
834 *trabalhadores, das trabalhadoras de nível médio e fundamental foi convidada a Conselheira Clátia*
835 *Regina Vieira, para ser debatedora na mesa Princípios Éticos e Educação Permanente, Compromisso*
836 *dos Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS. Encaminhamento, a Presidência Ampliada aprova a*
837 *participação da referida Conselheira. Item 4 - Carta Denúncia de membro do Movimento Nacional de*
838 *População de Rua. A Sra. Maria Lúcia Santos Pereira encaminhou Carta Denúncia ao CNAS, visando*
839 *assegurar avanços importantes na consolidação da Política Nacional de População em Situação de*
840 *Rua da Bahia. Informa que foi lançado Programa Bahia Acolhe pelo Decreto nº 13.795/2012, que*
841 *consiste em unidades de acolhimento, abordagem social e capacitação de profissionais que atuam*
842 *com população em situação de rua, em 12 municípios da Bahia. Foi sancionada também a Lei Estadual*
843 *para População em Situação de Rua, Lei nº 12.947/2014. Ressalta que houve enfraquecimento do*
844 *Programa Bahia Acolhe, com a sanção da Política Estadual de População em Situação de Rua que não*
845 *foi efetivada. Assim o programa não dispõe mais dois serviços de quando foi lançado. As entidades da*
846 *sociedade civil que ainda permanecem funcionando, estão em vias de fechar completamente por falta*
847 *de repasse dos recursos para manutenção das atividades. Com isso houve a diminuição de vagas de*
848 *acolhimento, a redução dos Centros POPS de cinco, para apenas um, e a ausência do serviço de*
849 *abordagem social. Encaminhamento- encaminhar ao CEAS-Bahia para avaliação de averiguação e*
850 *sobre os Centros POPS, enviar ao Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador, para que se*
851 *posicione sobre a questão de repasse de recursos. Item 5 - Presidente da Casa da Cultura Cavaleiro de*
852 *Jorge, Juliano Basso, enviou solicitação de agenda ao CNAS para construção de agenda política*
853 *relacionada associao bio diversidade no Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros,*
854 *que ocorrerá em 17 de julho a 1º de agosto. Aguarda proposta de data para a reunião. O*
855 *encaminhamento que será agendada a reunião com a Vice-Presidente do CNAS. 6 – informe - O*
856 *Presidente do CNAS foi convidado para o 1º Encontro Mineiro de Assistentes Sociais, Doenças*
857 *Falciformes, Linhas de Cuidados, no dia 19 de junho de 2015. Foi comunicado a impossibilidade de*
858 *participação, em virtude da data coincidir com a 234ª Reunião Ordinária do CNAS. A Conselheira do*
859 *Conselho Estadual de Assistência Social de Rondônia, Ludmila M. C. Ribeiro, enviou carta de despedida*
860 *ao CNAS, bem como expos alguns motivos, pelo qual solicitou substituição no CEAS-Roraima,*
861 *Rondônia, desculpem, em 16 de junho de 2015 a Secretária Executiva do Conselho Estadual de*
862 *Assistência Social de Rondônia, Marineis Maciel Paixão Silva, enviou mensagem eletrônica por meio*
863 *do e-mail ceas.ro@hotmail.com, confirmando que após reunião extraordinária, realizada no dia 5 de*
864 *junho de corrente, a Conselheira Ludmila Martins Chagas Ribeiro, que exercia cargo de Presidente do*
865 *CEAS-Rondônia, renunciou e entregou o cargo e o pleno deliberou acatar o pedido ficando*
866 *interinamente por um período de três meses a Vice-Presidente Maria das Graças Costa Paiva, no*
867 *referido cargo. Enfatizou que será eleita uma nova Mesa Diretora, possivelmente já na próxima*
868 *Reunião Ordinária que será realizada no dia 24 do 6 de 2015. E que tão logo tenho essa definição,*
869 *farão o encaminhamento da Resolução ao CNAS. 6.3 - Memorando nº 26 de 2015 do MDS, da*
870 *CESAN/MDS, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, enviada em resposta ao*

871 Memorando 26/2015, Presidente CNAS/MDS, que encaminhou solicitação do movimento população
872 de rua, de criação de restaurantes populares nos Municípios da Grande Florianópolis, Santa Catarina.
873 A CESAN destaca que desde 2003 o apoio do MDS para implantação restaurante popular ocorre por
874 meio de publicação de chamamentos públicos, ou seja, edital de seleção pública. A partir do ano de
875 2012 as ações foram direcionadas, exclusivamente para modernização de estruturas que já se
876 encontravam em funcionamento, com o objetivo de fortalecer o programa em busca do fornecimento
877 de alimentação adequada e saudável criando condições estruturais para objetivo alcançado. Nesse
878 sentido, não a expectativa para o lançamento de editais de seleção pública para implantação de
879 restaurantes populares. Encaminhamento - Enviar cópia do documento da CESAN ao representante do
880 Movimento Estadual de População em Situação de Rua de Florianópolis, demanda pautada na reunião
881 da Presidência Ampliada de maio, e propor ao demandante manifestar também, outros espaços, tais
882 como nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, que estão em andamento no Conselho
883 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA e no Conselho Estadual de Segurança
884 Alimentar. 6.4 - O CAS-DF convida o CNAS para 47ª Reunião Ordinária, na qual realizasse-a a
885 cerimônia de posse dos Conselheiros da sociedade civil, para gestão 2015/2018 do CAS-DF, no dia 18
886 de julho de 2015, às 09h no auditório do Centro Educacional de Audição e Linguagem, SEAL, situado a
887 SGAN 909, Bloco B, Brasília-DF. Encaminhamento - Cumprimentar e informar impossibilidade de
888 participação, tendo em vista a realização da 234ª Reunião do CNAS. Foi enviado e-mail CAS-DF, na
889 manhã do dia 18 do 6. 7 - Proposta de realização de reunião trimestral do CNAS com o SEAS. A
890 Presidência ampliada avaliará a viabilidade de realização da reunião trimestral no segundo semestre
891 de 2015. 8 - Pauta da 235ª Reunião Ordinária do CNAS, é o anexo c.". A Conselheira Marlene
892 prossegue com a leitura da planilha de substituições: "na Comissão de Normas a substituição da
893 Titular Luziele Tapajós, por Marlene Azevedo. A substituição de Carolina Stuchi para Maria José de
894 Freitas, como Suplente e Suplente também, Ubirajara Bento Marques, pela Suplente Márcia Góes. Da
895 Comissão de Financiamento da Assistência Social, essa sim a Coordenadora Simone Albuquerque
896 passa a ser a Conselheira Telma Maranhão, também como membro titular e o Suplente Leovane
897 Gregório é substituído pelo Suplente Naelson Ferreira, e a Suplente Zilene Ribeiro que se desligou, que
898 aguarda a Portaria de Substituição, será feita por Mayra Leilane Oliveira Almeida. Na Comissão de
899 Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social, o Suplente Naelson da Silva Ferreira, passa a
900 ser substituído pelo suplente Leovane Gregório. Na Comissão de Política de Assistência Social a Titular,
901 Maria das Graças Prola, passa a ser substituída pela Titular Célia Maria de Souza Melo Lima. A titular,
902 Ana Lúcia Starling que aguarda indicação de substituição a ser feita pelo Ministério do Planejamento,
903 a Suplente Elizabeth Souza Cagliari Hernandez passa a ser substituída pela Suplente, Mariana Souza
904 Silva. Na Comissão de Ética. Ah, desculpem, tem a Suplente Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, passa
905 a ser substituída pelo Suplente Fábio Meireles. Na Comissão de Ética, Maria das Graças Prola,
906 substituída por Célia Maria de Souza Melo Lima, Carolina Stuchi, pela Conselheira Maria José de
907 Freitas. De Acompanhamento, Benefício e Transferência de Renda não há substituição. Na Comissão
908 de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais, não há substituição. Na Comissão
909 Organizadora da Conferência Nacional, passou a compor a Marlene Azevedo, como Vice-Presidente.
910 Maria das Graças Prola, por Célia Maria de Souza Melo Lima. E na condição de Suplente, Ubirajara

911 *Marques por Márcia Cristina Góes.*”. O Presidente Edivaldo solicita aos membros da Comissão
912 Organizadora, para que faça uma reunião antes, para verificação com a Comissão Organizadora, quem
913 dos membros, podem compor as Conferências que ainda não possuem nomes, porque a Presidência
914 Ampliada não deu conta de atender a todas as demandas. E depois que a Comissão Organizadora se
915 posicionar, verificará com o Pleno, com os Conselheiros da tarde, as outras, se eventualmente, não
916 forem preenchidas, a proposta da Vice-Presidente, até para ganhar tempo, não lê essa planilha agora,
917 discutir-se-á com a Comissão Organizadora mais tarde, fazer o preenchimento, e após, analisa já
918 conforme a conjunta com a Plenária a tarde, o que é que não foi preenchido. O Conselheiro José Crus
919 sugere que se incluísse mais o encaminhamento nesse item 4, a Secretaria Nacional de Assistência
920 Social, para conhecimento e providências necessárias junto ao Estado, ao Município que está se
921 referindo esse item. O Presidente solicita, com relação ao item 7, a Plenária o aval, no sentido de
922 permitir, que a Presidência Ampliada, faça um debate on-line, via e-mail, telefone, enfim, pelos meios
923 que se fizerem necessário para avaliar a possibilidade de se realizar essa reunião trimestral em
924 agosto. Se houver condições, então que essa Plenária já valide a possibilidade se iniciar os trabalhos
925 para não aguardar a reunião de julho, em função do fator tempo e obviamente se não houver as
926 condições também, a Presidência Ampliada, notificará todos os Conselheiros por *e-mail* de que não
927 será possível. O Conselheiro José Crus entende que a avaliação deve levar em consideração que a
928 maioria das conferências municipais se realizarão em agosto. O Presidente esclarece que a reunião
929 trimestral discutirá as conferências estaduais. O Pleno aprova a proposta do Presidente referente ao
930 item 7. A Conselheira Marlene realiza a leitura do Item 8, referente a proposta de pauta para a 235ª
931 Reunião Ordinária do CNAS em julho: *“Proposta de pauta da 235ª Reunião Ordinária do CNAS de julho*
932 *de 2015. 20, 21/07/2015. Reunião da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de*
933 *Assistência Social. 22/07/2015. Comissão Temática de 09h às 16h, reunião da Comissão de*
934 *Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, da Comissão de Financiamento e Orçamento*
935 *de Assistência Social, da Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Política da*
936 *Assistência Social. Dia 16 às 19h, reunião da Presidência Ampliada. Dia 23/07/2015, Plenária de 09h*
937 *às 09h15 aprovação da Ata da 234ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 235ª Reunião*
938 *Ordinária, de 09h15 às 10h30, informes da Presidência, Secretaria Executiva MDS, CIT, FONSEAS,*
939 *CONGEMAS e Conselheiros. De 10h30 às 12h, apresentação do Censo/SUAS 2014, de 14h às 18h,*
940 *painel sobre o Pacto Federativo no Brasil e responsabilidade dos entes no âmbito do SUAS. A proposta*
941 *de convidados, palestrante Vicente Trevas, debatedores, Secretária Nacional, Ieda Castro, Presidente*
942 *do FONSEAS e Presidente do CONGEMAS. 24/07/2015 Plenária de 9h às 10h, relato da Presidência*
943 *Ampliada, de 10h às 12h, relato da Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência*
944 *Social, de 14h às 15h, relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. De 15h*
945 *às 16h, relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, de 17h às,*
946 *desculpa, de 16h às 17h, relato da Comissão de Normas da Assistência Social e de 17h às 18h, relato*
947 *da Comissão de Política de Assistência Social. Esta é a proposta de pauta da 235ª Reunião Ordinária*
948 *do CNAS.”. Aprovado o relato da Presidência Ampliada.***Relato da Comissão de Financiamento e**
949 **Orçamento da Assistência Social:** pela Conselheira Telma: *“Primeiro ponto, recondução do*
950 *Coordenador, Coordenadora, da Comissão de Financiamento e Orçamento, conforme § 1º do Artigo*

951 38 do Regimento Interno do CNAS. A Conselheira Telma Maranhão, atual Coordenadora da Comissão,
952 realizou a leitura do § 1º do Artigo 38 do Regimento Interno do CNAS, e na sequência, indagou aos
953 presentes, quanto a permanência da atual Coordenação ou a escolha de uma nova Coordenação, não
954 havendo nenhuma manifestação contrária, foi aprovada a manutenção que tem a seguinte
955 composição: como Coordenadora a Conselheira Telma Maranhão, e Coordenadora-Adjunto o
956 Conselheiro Fábio Bruni.o item 3: Apresentação de proposta de elaboração do PPA 2016/2019, e das
957 metas do controle social.O Assessor do Secretário Nacional da Assistência Social, Adailton Amaral
958 Leite, apresentou a proposta ainda em construção dos indicadores, objetivos, metas e iniciativas
959 constantes do Programa Temático 2037, consolidação do Sistema Único de Assistência Social, que será
960 submetido à Ministra Tereza Campello e posteriormente, enviado ao Ministério do Planejamento. O
961 citado Programa é parte importante do PPA 2016/2019; esclareceu que no processo atual de
962 elaboração do PPA, não houve mudanças estruturais de grande relevância se comparado ao PPA
963 2012/2015, e no caso da Assistência Social, as mudanças foram mais no sentido de enxugamento de
964 metas, sobretudo, aquelas que não eram estruturantes, e de complexa mensuração de resultados, em
965 virtude da dificuldade do acompanhamento e monitoramento. No entanto, enfatizou que a ação de
966 enxugar não afetou a qualidade do Programa, mas sim, deixou mais claro e compreensível a sua
967 leitura, com vistas a ganhos de resultados no atendimento as demandas da sociedade. Outra
968 mudança foi na nomenclatura do Programa Temático que no PPA 2012/2015 era assim denominado
969 2037, Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social, e na nova proposta irá compor o PPA
970 2016/2019, terá a seguinte denominação, no 2037, Consolidação do Sistema Único de Assistência
971 Social.”, solicita ao Sr. Adailton, que realize a apresentação da proposta do PPA 2016/2019. O Sr.
972 Adailton discorre sobre a apresentação da proposta de elaboração do PPA 2016/2019 e das metas do
973 controle social, destaca, inicialmente que o plano a ser apresentado ainda não foi validado pela
974 Ministra, por meio da exposição com slides informa no que condiz com o PPA 2016-2019 com relação
975 a: Conceitos e Estruturas, informa que o PPA declara as escolhas dos governo, indica meios para a
976 implementação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para o alcance dos
977 objetivos pretendidos; Dimensão estratégica, explica que a visão de futuro aponta para um país que
978 seja reconhecido por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente,
979 que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação
980 tecnológica e sustentabilidade ambiental, bem como por ser uma Nação democrática, soberana que
981 defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo, pondera que os
982 Eixos Estratégicos definem as principais linhas de atuação governamental, a qual seria a inclusão
983 social para além da renda, com melhor distribuição das oportunidades de acesso e bens e serviços
984 públicos, com foco na qualidade, acrescenta que as diretrizes estratégicas traduzem os eixos
985 estratégicos, norteando as principais agendas e ditando o alinhamento estratégico necessário à
986 elaboração dos Programas Temáticos, e que uma das diretrizes propostas foi a de assegurar o acesso
987 com qualidade à assistência social e garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável.
988 Explica que a Dimensão Tática define os caminhos exequíveis para as transformações anunciadas nas
989 diretrizes estratégicas, sendo expressa nos programas (temáticos e de gestão), ademais esclarece que
990 os Programas Temáticos retratam a agenda de governo, organizada por recortes selecionados de

991 Políticas Públicas que orientam a ação governamental. Sua abrangência representa os desafios e
992 orienta a gestão do Plano, no que diz respeito ao monitoramento e avaliação da dimensão
993 programática, pondera que o PPA atual congrega todas as ações, pois o anterior se tratava de um
994 plano extremamente exaustivo, com um número alto de metas, contribuindo assim, pela
995 impossibilidade de colocar o plano em prática e torna-lo mais estratégico, com o objetivo de tornar a
996 meta cada vez mais mensurável. Discorre sobre o conceito de indicadores, o qual significa um
997 conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução de um Programa Temático; o Objetivo
998 expressa o que deve ser feito e informa que todos os objetivos são responsabilidade do MDS, e com a
999 nova estrutura passa-se a ter três objetivos e não seis como no planejamento anterior; e as Metas
1000 expressam a medida de alcance do Objetivo, podendo ser qualitativa ou quantitativa e por fim a
1001 Iniciativa explícita como se deve fazer ou as entregas de bens e serviços. Esclarece que o
1002 monitoramento das iniciativas tem o papel descrever como se realizarão as metas, todavia as metas
1003 por si mesmas representam apenas um plano de governo. Após a explicação conceitos descritos o
1004 convidado Adailton explana sobre o Programa 2037 – Consolidação do Sistema Único de Assistência
1005 Social, o qual contém exemplos de objetivos, metas e iniciativas, exemplifica a existência de Metas no
1006 sentido de: implantar em todas as capitais o serviço de proteção social básica no domicílio, para
1007 pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC; Acompanhar
1008 no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) as famílias beneficiárias do Bolsa
1009 Família, sendo 15% das residentes em municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em
1010 municípios com mais de 20 mil habitantes e ampliar a cobertura das ações estratégicas de
1011 enfretamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 municípios,
1012 atingindo 100% dos municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil. A Conselheira
1013 Cláudia questiona as metas: “qualificar 120 mil gestores, trabalhadores e Conselheiros da Assistência
1014 Social por meio das capacitações, de ação de capacitação de formação da Política Nacional de
1015 Educação Permanente do SUAS” se não careceria de a gente acrescentar trabalhadores da instância
1016 pública e da esfera da Rede Privada também; “fomentar a participação” está plenamente de acordo
1017 com a proposta de alteração feita pela Comissão; “regulamentar com o vínculo SUAS, normatizando o
1018 novo modelo de parceira com as entidades de Assistência Social.” Questiona se seria misturar demais
1019 se colocasse concluir ou otimizar o processo de cadastro do CNEAS e regulamentar o vínculo SUAS. A
1020 Conselheira Telma esclarece que o entendimento da qualificação, dos trabalhadores, ainda mais que
1021 trata-se de um PPA para quatro anos, está embutido que são todos os trabalhadores, da rede pública
1022 e privada, em relação a discussão da regulamentação do vínculo SUAS, essa discussão do vínculo é
1023 muito abrangente, o CNEAS é um instrumento para construção do próprio vínculo, então como
1024 iniciativa, vai ser desdobrada, trabalhada com tudo que a própria referência desse marco legal, pois
1025 está em um processo de construção de um Decreto específico. Em seguida a Conselheira prossegue
1026 com o Relato da Comissão de Financiamento: *“A Secretária-Executiva Substituta do Conselho Nacional
1027 da Assistência Social, Maria Auxiliadora Pereira, apresentou o Relatório da Execução Orçamentária e
1028 Financeira do 1º Trimestre do Exercício de 2015, da Ação 8249, funcionamento dos Conselhos. Na
1029 ocasião foi esclarecido com o referido Relatório contempla as realizações desde CNAS, compreendidas
1030 no período de janeiro à março de 2015. No que tange as ações executadas, no entanto, quanto a*

1031 execução orçamentária e financeira, foi considerada como base a posição do SIAFE, de 05/06/2015,
1032 em virtude da aprovação do orçamento ter ocorrido apenas em abril do corrente ano. Merecem
1033 destaque os seguintes pontos do Relatório: 1) Do orçamento aprovado. A Lei 13.115, de 20 de abril de
1034 2015, Lei Orçamentária Anual, aprovou para a ação 8249, funcionamento dos Conselhos, do Conselho
1035 de Assistência Social, o orçamento solicitado de R\$ 9.011.483,00; 2) Das reuniões e realizações, para
1036 cumprir a sua função institucional, de controle social no 1º trimestre de 2015, o CNAS entre outros
1037 realizou: a) Duas reuniões ordinárias, incluindo as reuniões mensais das quatro Comissões
1038 Permanentes, da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, a Comissão de
1039 Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Comissão de Normas e Comissão de Política, uma
1040 reunião de Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferências de Renda; b) Aprovação de
1041 três Resoluções, Resoluções nº 1 a 3 de 2015, publicados no Diário Oficial da União, DOU, e publicados
1042 no sítio eletrônico do CNAS dentre elas, a Resolução nº 2015, que criou a Comissão Organizadora da
1043 XV Conferência Nacional de Assistência Social. 2.1) Das diárias e passagens. O plano internos,
1044 referente as diárias e deslocamentos, considerando os valores empenhados e os devidamente pagos,
1045 teve uma execução de 21,73% da mesma condição de empenho e pagamento do Plano Interno,
1046 referente as passagens áreas, teve uma execução de 17,23%, considerando o limite financeiro e
1047 disponibilizado; 2.2) Dos contratos e aquisições. A execução dos planos internos, Pls, serviços de libras
1048 e taquigrafia, se dá em conformidade com a necessidade de utilização do serviço dentro do prazo de
1049 vigência do contrato das empresas licitadas com o CNAS. Demais planos internos, os planos internos,
1050 Pls, apoio aos espaços democráticos e participação, impressão e encadernamento de materiais
1051 institucional, e manutenção e fortalecimento dos Conselhos Municipais e Estaduais do DF, são
1052 destinados apoiar as ações do CNAS, a exemplo das reuniões trimestrais, descentralizadas e
1053 ampliadas, publicadas em materiais de consumo, como bloco de anotações, bolsas, adesivos e outros;
1054 2.3) Analise, a execução apresentada com o percentual de 11,8% devidamente pago, decorrido o
1055 exercício do 1º trimestre de 2015, ocorreu dentro do padrão de normalidade conforme constante no
1056 Anexo 1; 2.4) Execução da ação 8249, 1º trimestre de 2015. Assim a execução do CNAS, em 2014, teve
1057 a seguinte dinâmica, dotação inicial 9 milhões, e 11, repete de novo, R\$ 9.011.483,00, empenhado R\$
1058 1.016.856,00, a liquidar R\$ 550.754,00, pago R\$ 466.102,00. Encaminhamentos, a Comissão sugere a
1059 Plenária a aprovação do relatório da execução da Ação 8249, funcionamento dos Conselhos para o 1º
1060 trimestre do exercício de 2015. Com relação ao ponto quatro, que é debate sobre a atuação dos
1061 contadores do Fundo de Assistência Social, convidado o Conselho Federal de Contabilidade, informa
1062 que após inúmeras tentativas o Conselho Federal não compareceu à Comissão, será feita uma última
1063 tentativa e caso haja uma negativa serão acionados os Conselhos Regionais do Rio de Janeiro ou
1064 Distrito Federal. “Item 5) Definição da pauta da reunião de julho. 5.1) Analise do Relatório da
1065 execução orçamentária e financeira do fundo, exercício 2015, agora relativo ao 2º trimestre, LOAS,
1066 Artigo 19, item 7, e convidar o Fundo Nacional de Assistência Social; e 5.2) Apresentação e avaliação
1067 da proposta orçamentária para 2016. A proposta orçamentária, deverá ser apreciada e aprovada até
1068 31/07, Resolução CNAS nº 59/2009, convidado, CNAS.”. O Conselheiro Fábio questiona sobre a sua
1069 possibilidade de atuar como Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento. O Conselheiro
1070 Tiago informa que realizou contato com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, e o

1071 Conselheiro se colocou a disposição da Comissão de Financiamento. O Conselheiro José Crus sugere
1072 que na memória já poderia ficar registrado, de trazer já algumas experiências, não sei se todas, mas
1073 de tentar identificar algumas experiências exitosas se fazer o diálogo, pois acredita que irá induzir não
1074 só o Conselho Federal, mas também outros Conselhos Regionais. O Presidente Edivaldo propõe que
1075 se viabilize uma reunião entre o CNAS e o CFC, o qual caso não possa estar presente a Vice-Presidente
1076 estará, registra que o Conselho Federal de Contabilidade já foi representado no CNAS. Em resposta a
1077 consulta do Sr. Fábio a Conselheira Marlene realiza leitura do art. 38, do Regimento Interno do CNAS:
1078 “Artigo 38 - Cada Comissão Temática terá um Coordenador e um Coordenador Adjunto escolhido
1079 dentre os seus membros Titulares e cada Grupo de Trabalho terá um Coordenador e um Coordenador
1080 Adjunto escolhido dentre os seus membros. § 1º – Os Coordenadores das Comissões, exercerão essa
1081 função por um período de um ano permitido uma única recondução.”. O Presidente Edivaldo informa
1082 que para exercer a função de coordenador adjunto é necessário que o Conselheiro seja titular. A
1083 Conselheira Telma informa que encaminhará para a próxima reunião da Comissão, a questão
1084 debatida sobre o Coordenador Adjunto. Submetido ao Pleno o Relato da Comissão de Financiamento
1085 e Orçamento da Assistência Social foi aprovado.**Relato da Comissão Política da Assistência Social:**
1086 pelo Conselheiro Anderson: “Reunião da Comissão de Política de Assistência Social. Junho de 2015.
1087 Memória da Reunião, Reunião 5/15. Data, horário, 17/05/2015, das 9h às 16h. Local CNAS, Esplanada
1088 dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, Ala A, sala 108. Conselheiros e Conselheiras presentes na Comissão
1089 de Política: Anderson Lopes Miranda, coordenador; Célia Maria de Souza M. Lima; Edivaldo da Silva
1090 Ramos; José Crus; Jucileide Ferreira do Nascimento; Márcio de Carvalho Rocha; Mariana de Souza
1091 Silva, Margareth Alves Dallaruvera. Participantes da manhã: Paulo César G. Martins, CONSEAS São
1092 Paulo; Participante à tarde, Maria Silva Covielo, CONSEAS de São Paulo; Paulo César G. Martins,
1093 CONSEAS, São Paulo; Marilene Silva de Oliveira, ESPRO/DF; Regivania R. Macedo, ESPRO/DF; Carla L.
1094 S. Bon Giovane, COMAS São Paulo; Luciana C. de A. Maranhão, COFFITO, FNTSUAS. Secretaria
1095 Executiva Maria Auxiliadora Pereira; Carolina Ribeiro; Maria Antônia P. Valente; Rosiele Bonfim. 9h às
1096 12h. Reunião da Comissão de Política. Primeiro item de pauta, eleição ou recondução do Coordenador
1097 da Comissão de Política conforme parágrafo do artigo 1º, parágrafo 1 do artigo 38 regimento interno
1098 do conselho Nacional de Assistência Social, conforme previsto no parágrafo do Artigo 1º, § 1º do
1099 Artigo 38 do Regimento Interno do CNAS, foi aprovado por unanimidade a recondução do
1100 Coordenador Anderson Lopes e da Coordenadora Adjunta Márcia Rocha, registra-se a honra do CNAS
1101 em ter como Coordenador da Comissão de Política, um representante do segmento dos usuários da
1102 Assistência Social, quanto para o contexto da Política Nacional de Assistência Social. 2 – Moção de
1103 repúdio contra a terceirização, referente ao PL C30/2015, refere-se ao Projeto de Lei da Câmara, em
1104 tramitação no Senado Federal. A Comissão de Política discutiu a referente proposta de moção, que
1105 hora é apresentada para apresentação do Plenário. Apreciação.” Vai item por item Presidente ou vai
1106 ler a moção? “3 – Ofício nº 020 ADEVIBAM. O CNAS recebeu solicitação da Associação dos Deficientes
1107 Visuais do baixo e médio Amazonas, ADEVIBAM, de Regulamentação Nacional da divisão de categoria
1108 de pessoas com deficiência e dos repasses Fundo a Fundo, do piso de transição de média
1109 complexidade das pessoas com deficiência. Os serviços socioassistenciais, de atendimento à pessoa
1110 com deficiência de Proteção Social Básica e Especial, estão estabelecidos na Resolução CNAS nº

1111 109/2009 que trata da tipificação nacional de serviços Socioassistenciais, esses serviços deve ser
1112 cofinanciados conforme o Artigo nº 61 da Norma Operacional Básica do SUAS, NOB/SUAS 2012, por
1113 meio de blocos de financiamento da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade. Desta
1114 forma com os blocos de financiamento a tendência do repasse dos recursos dos pisos de Proteção
1115 Social Básica se aglutinem em um bloco, assim como da Proteção Social Especial de Média
1116 Complexidade em outro bloco. O § 2º do Artigo 61 da NOB/SUAS 2012, permite que a organização da
1117 rede de serviços seja realizado em âmbito local ou regional com base no planejamento que se deve ser
1118 elaborado a partir das necessidades locais, ou seja, dos diagnósticos setoriais e fundamentados em
1119 Normativas Nacionais vigentes, por fim é importante lembrar que o piso de transição de média
1120 complexidade financia os serviços da série histórica da Assistência Social, que aconteceram no SUAS,
1121 assim a tendência é que seja integrado ao piso fixo na média complexidade. Encaminhamentos,
1122 responder à ADEVIBAM, informando os encaminhamentos dados, encaminhar o Ofício nº 020
1123 ADEVIBAM, à Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, solicitando parecer sobre o assunto. 4 -
1124 Outros Assuntos. A Comissão de Política de Assistência Social propõe encaminhar morando para a
1125 Secretaria Nacional de Assistência Social consultando sobre a possibilidade de apresentação no mês
1126 de agosto próximo, de questões relacionadas ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social,
1127 CNEAS e Vínculos SUAS, considerando as dificuldades encontradas pelos Municípios e entidades. 5 –
1128 Definição de pauta de julho 2015, manhã, 9h ao meio dia. Pacto de aprimoramento do SUAS, Proteção
1129 Social Especial, convidados Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS, CONGEMAS e FONSEAS.
1130 Tarde 14h às 16h, apresentação do estado atual do Programa CAPACITASUAS, convidados, Secretaria
1131 Nacional de Assistência Social/MDS. Encaminhamento, solicitar à Presidência Ampliada que paut
1132 sobre o Censo SUAS 2014. 14h às 16h, pauta conjunta da Comissão de Política de Normas e
1133 Acompanhamento aos Conselhos. 6 – Representação e representatividade dos usuários do SUAS. A
1134 Subcomissão de Usuários, instituída em setembro de 2014, fez um histórico das discussões e reflexões
1135 realizadas acerca da representação e participação dos usuários nos Conselhos e nas Conferências de
1136 Assistência Social. A Subcomissão apresentou a proposta de alteração de Resolução CNAS nº 24/2006,
1137 que foi amplamente discutida e em seguida foi apresentada pelo Conselheira Dulcinéia Reginato e o
1138 Conselheiro Alceu Kuhn, o estudo sobre mobilização e participação dos usuários na Política de
1139 Assistência Social; foi proposta a ampliação da Subcomissão com mais integrantes, formando um
1140 Grupo de Trabalho, que a partir dos resultados da Subcomissão, farão uma proposta de
1141 regulamentação. Encaminhamento, o Grupo de Trabalho será formado pelos Conselheiros e
1142 Conselheiras Juliana Agatti, Comissão de Política de Assistência Social, Anderson Miranda, Comissão
1143 de Política de Assistência Social, Aldenora González, Comissão de Política de Assistência Social,
1144 Raimunda Cadó. Aldenora González, Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, Raimunda Cadó,
1145 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, José Crus, Comissão de Política de Assistência Social,
1146 Alceu Kuhn, Comissão de Normas e Dulcinéia Reginato, Comissão de Normas. Prazo para
1147 apresentação de propostas dois meses, o GT se reunirá em 22 de julho de 2015 das 16h às 18h. A
1148 Secretaria Executiva do CNAS encaminhará aos integrantes do GT todo o material pertinente ao
1149 assunto, inclusive de gravação dessa reunião. Anderson Lopes Miranda, Coordenador da Comissão de
1150 Política de Assistência Social. Raimunda Nonato Cardoso, Coordenadora Adjunta da Comissão da

1151 *Política de Acompanhamento dos Conselhos, Cláudia Laureth Faquinote, Coordenadora da Comissão*
1152 *de Normas.”. O Conselheiro Anderson solicita que se acrescente os nomes das Conselheiras Eufrásia e*
1153 *Juliana ao relato, tendo em vista que também participaram da reunião. A Conselheira Jucileide realiza*
1154 *a leitura da Moção de repúdio: “Projeto de Lei 4.330/2004, que regulamenta e contratos de*
1155 *Terceirização no mercado de trabalho, aprovado na Câmara dos Deputados. Agora em tramitação no*
1156 *Senado Federal, como PLC 30/2015, por considerar um retrocesso em relação às conquistas gerais das*
1157 *classes trabalhadoras e os direitos garantidos por suas lutas históricas no mundo do trabalho,*
1158 *considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos*
1159 *Econômicos Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, as Convenções*
1160 *Internacionais da Organização Internacional do Trabalho, OIT, a Constituição Federal, a Legislação*
1161 *Trabalhista, Resolução CNAS nº 145/2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social,*
1162 *Resolução CNAS nº 269/2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, do*
1163 *Sistema Único de Assistência Social, reafirma que, primeiro, os direitos trabalhistas em vigor no Brasil*
1164 *são conquistas históricas da classe trabalhadora e visam proteger os trabalhadores brasileiros e*
1165 *brasileiras nas correlações de forças desiguais entre patrões e empregados, a terceirização conforme*
1166 *demonstra os estudos científicos e os relatórios dos órgãos fiscalização, dispersa a organização*
1167 *sindical dos trabalhadores e impede o livre exercício dos direitos sindicais, enfraquecendo, inclusive o*
1168 *poder de negociação sindical, a participação nos lucros e o direito de greve. A terceirização, item 3, a*
1169 *terceirização tal como está redigida na PLC 30/2015, fragiliza o vínculo de trabalho com a empresa e*
1170 *também com o ambiente de trabalho, principalmente no que diz respeito a disparidade redução dos*
1171 *salários entre trabalhadores contratados diretamente e terceirizados, e as jornadas diferentes e*
1172 *maiores de trabalho. Item 4 – A terceirização tal como previsto no PLC 30/2015 fragiliza a relação de*
1173 *trabalho e em decorrência prejudica o gozo de direito as férias, ao depósito do Fundo de Garantia por*
1174 *Tempo de Serviço e também a Contribuição Previdenciária, para a aquisição do direito à*
1175 *aposentadoria. Item 5 – Especificamente no caso da Política de Assistência Social, o processo de*
1176 *terceirização coloca em risco todas as conquistas trabalhistas previstas na NOB-RH/SUAS e ameaça a*
1177 *materialização da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para os*
1178 *usuários dessa Política Pública. Brasília 19 de junho de 2015. Conselho Nacional de Assistência*
1179 *Social.”. O Presidente Eivaldo explica que a origem dessa nota veio na Comissão de Política, uma*
1180 *moção que foi publicada pelo CONADE, Conselho Nacional de Direito da Pessoa com Deficiência e lá*
1181 *ele fez uma moção específica ao trabalhador com deficiência, então, essa Subcomissão trabalhou em*
1182 *cima de uma formulação de uma proposta do Trabalhador da Assistência, como um todo, e sugere*
1183 *que seja acrescentado algo que mencione a questão do rompimento de vínculos do trabalhador com*
1184 *usuário. O Conselheiro Anderson ressalta que o CNAS deve se colocar contra a terceirização*
1185 *integralmente, tanto para atividade fim, como para atividade meio. A Conselheira Célia entende que*
1186 *no item 5, precisa ser melhor aprofundado, pois a terceirização, não ameaça só na materialização dos*
1187 *serviços, programas e projetos, ameaça, sobretudo, a qualidade da oferta desses serviços. O*
1188 *Conselheiro José Crus entende que a área da Assistência Social deva ser destacada na moção*
1189 *apresentada. A Conselheira Margareth defende que no item dois, que não seja retirada, pode*
1190 *melhorar a redação, mas que não seja retirada o direito de greve, porque a moção não vai*

1191 enfraquecer quando o CNAS também reconhece o direito de organização da classe trabalhadora, da
1192 Assistência ter o seu direito de greve. A Conselheira Marlene concorda com a melhora da redação ao
1193 que se refere o Item 5 por ser o cerne da questão, de modo que a escrita compreenda: ampliar
1194 para as Normativas, do SUAS e tratar da qualidade, da oferta, da continuidade dos serviços. A
1195 Conselheira Jucileide propõe os encaminhamentos, com relação a nova proposta de redação: “Os
1196 direitos trabalhistas em vigor no Brasil são conquistas históricas da classe trabalhadora, e visam
1197 proteger os trabalhadores brasileiros nas correlações de forças desiguais entre patrões e empregados,
1198 tais como os processos necessários para a organização sindical dos trabalhadores, o livre exercício dos
1199 direitos sindicais, enfraquecendo, inclusive o poder de negociação sindical, a participação nos lucros e
1200 direito de greve.”. Após sugestões de alterações sobre a Moção de Repúdio, o Presidente Edivaldo
1201 entende que mesmo aqueles que opinavam pela permanência do item 2, já entenderam que é
1202 possível contemplá-lo de outra forma, conclui que há um consenso de parte de todos os presentes, de
1203 que a nota possui um bom começo, só faltando alguns ajustes, conclama ao Pleno, a acatar, o
1204 encaminhamento proposto pela Conselheira Jucileide, para que se forme um Grupo, para que seja
1205 construída uma proposta final, indica para tanto as Conselheiras Telma, Maria José, Célia e Mariana,
1206 para que apóiem a Conselheira Jucileide, para apresentar uma proposta no período da tarde.O
1207 Conselheiro Thiago questiona ao Coordenador da Comissão de Política quando o tema relacionado a
1208 discussão a representação e a representatividade das entidades. O Conselheiro Anderson responde
1209 que esse tema irá retornar a Comissão de Política e irá verificar a previsão junto a Secretaria
1210 Executiva. O Presidente Edivaldo esclarece que a Coordenadora Carolina, que ocupava a função
1211 no Departamento, que viria fazer essa contribuição, ela não mais está, ela não compõe mais a
1212 Diretoria, não compõe mais o quadro, ademais foi feita uma nova indicação, que foi a Ana Paula, que
1213 também passou em um concurso público e se desvinculou da equipe. E esse reordenamento ocorre
1214 porque a equipe está sob um reposicionamento, atrapalhou que eles viessem discutir com a Comissão
1215 de Política, essa semana, essa matéria, e é por isso que está mantido na pauta e na perspectiva de
1216 fazer esse debate o quanto antes. O Conselheiro Anderson concorda que o tema seja abordado em
1217 agosto na Reunião da Comissão Política e solicita que o nome da Conselheira Carmem seja colocado
1218 no Grupo de Trabalho, pois ela irá acompanhá-lo. A Conselheira Aldenora justifica sua ausência no
1219 Grupo de Trabalho do dia anterior e solicita que seja enviado material para subsidiar o Grupo de
1220 Trabalho. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, convidando a todos para
1221 retornarem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à Secretária-Executiva a
1222 conferência do quórum: Conselheiros Titulares presentes. Telma Maranhão Gomes, Marlene de Fátima
1223 Azevedo Silva, Léa Lúcia Cecílio Braga, Célia Maria de Souza Melo Lima, Raimunda Nonata Cadó,
1224 Cláudia Faquinote, Alceu Khun, Anderson Miranda, Samuel Rodrigues, Edivaldo da Silva Ramos,
1225 Patrícia Vieira. Conselheiros no exercício da Titularidade. Fábio Bruni, Márcia Leal Góes. Conselheiros
1226 Suplentes presentes. Thiago Cabral, Naelson Ferreira, Dulcineia Francisco, Eufrásia Agizzio, Jucileide
1227 Nascimento, Leovane Gregório e Aldenora Gonzáles. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento**
1228 **aos Conselhos,** pela Conselheira Raimunda Cadó: “Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
1229 Assistência Social. Reunião 06/2015. Data: 17/06/2015. Horário: De 09h às 12h. Local: Esplanada dos
1230 Ministérios. Anexo do bloco F, Ala A, sala 119. Conselheiros e Conselheiras presentes, Solange Teixeira,

1231 na condição de Coordenadora; Naelson da Silva Ferreira, Raimunda Cadó, Aldenora Gonzáles.
1232 Secretaria Executiva do CNAS, Celda Chaves, Lílian Guedes e Josué Santos. Ponto um. Avaliação da
1233 reunião regional Centro-Oeste. Participação dos Conselheiros Solange Teixeira, Naelson Ferreira, Kátia
1234 Vieira, Edivaldo Ramos e Marlene Azevedo. Pontos positivos destacados na avaliação. A importância
1235 da participação de trabalhadores, usuários e entidades. Espaço para a realização da reunião colocado
1236 como excelente. A presença dos Conselheiros Municipais do CNAS. A dinâmica das oficinas 01 e 02
1237 propiciou maior participação e interação dos participantes, cuja metodologia foi bastante elogiada. A
1238 importância o fortalecimento dos CRAS com a participação de autoridades federal, estadual e
1239 municipal à mesa de abertura, inclusive com destaque na mídia local. O formato das reuniões
1240 regionais atendeu o anseio dos participantes, que demandaram a continuidade desses eventos. Pontos
1241 negativos destacados. Ausência do CEAS, Mato Grosso e CRAS/DF. Com relação à mesa de abertura,
1242 houve atraso para iniciar os trabalhos, o que gerou um certo prejuízo para o desenvolvimento da
1243 pauta, sendo necessária alteração na programação, pouca participação dos gestores de Assistência
1244 Social nas reuniões regionais. Encaminhamentos. Avaliar a possibilidade de alteração da pauta para a
1245 reunião regional Norte, no que se refere à metodologia, considerando que são sete estados previstos.
1246 Propor que a metodologia alterada contemple a realização das oficinas em dias ou períodos
1247 diferentes, de maneira a permitir o envolvimento do conjunto dos participantes em cada respectiva
1248 oficina. Terceiro ponto. Fazer maior mobilização para a participação dos gestores nos próximos
1249 eventos do CNAS. Quarto. Propor que o tempo para debate sobre a realização das Conferências seja
1250 ampliado. Sexto. Propor que a abertura da reunião regional seja realizada na noite do dia anterior ao
1251 início dos trabalhos. E, por fim, reforçar e enfatizar o apoio dos CEAS, com os Conselhos Municipais de
1252 Assistência Social. Ponto 02 – Assuntos da Conferência. Contextualizar e socializar os
1253 encaminhamentos sobre a X Conferência, com vistas à participação voluntária dos Conselheiros e
1254 Conselheiras nacionais, nos seus respectivos estados de origem. Foi enfatizado para os Conselheiros da
1255 Comissão a importância de acompanharem, na medida do possível, as Conferências Municipais e
1256 estaduais dos respectivos estados. Encaminhamentos. Encaminhar as planilhas das Conferências
1257 Estaduais e Municipais aos Conselheiros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Ponto 03.
1258 Recondução da coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, conforme §1º, do
1259 artigo 38, do Regimento Interno do CNAS. Artigo 38 – Cada Comissão Temática terá um Coordenador
1260 e um Coordenador ou Coordenadora Adjunto, escolhidos dentro os seus membros titulares, e cada
1261 grupo de trabalho terá um Coordenador e um Coordenador Adjunto, escolhido dentre os seus
1262 membros. §1º - Os coordenadores e as comissões temáticas exercerão essa função por um período de
1263 um ano, permitida uma única recondução. Encaminhamento. Reconduzidas as Conselheiras Solange
1264 Teixeira, como Coordenadora, e Maria Lúcia Marquim, como Coordenadora Adjunta. Ponto 04 –
1265 Outros Assuntos. 4.1 – Revisitar o plano de ação da Comissão para verificar as pendências.
1266 Encaminhamento. Elaboração de um quadro com um mapa de resultados do plano de ação do que foi
1267 concluído, as ações de caráter permanente, o que está em andamento e o que está previsto até o final
1268 do ano. 4.2 – Leitura do ofício número 20/2015, Conselho Municipal de Assistência São Manuel, São
1269 Paulo. Denúncia e orientação. Encaminhamento após leitura e debate, encaminhado à Presidência
1270 Ampliada. Ponto 06... Ponto 05, aqui está seis, mas é ponto 05. Definição da pauta da reunião da

1271 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos para julho de 2015. 01 – Avaliação da reunião regional*
1272 *do Norte; 02 – Conhecer os encaminhamentos da reunião da Comissão Organizadora da X Conferência*
1273 *Nacional de Assistência Social e 03 – Consultar SNAS sobre como trabalhar e com qual metodologia a*
1274 *meta um do plano de ação, qual seja, assegurar que os Conselhos cumpram suas funções enquanto*
1275 *instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária. Estratégia 1.1, da*
1276 *ação, orientar os CRAS sobre o acompanhamento dos CRAS e CREAS e entidades de Assistência Social,*
1277 *que prestam serviços vinculados aos programas e projetos, para que estes insiram o tema de instância*
1278 *deliberativa como pauta de reuniões periódicas junto aos usuários, tendo em vista divulgar formas de*
1279 *organização e mobilizá-las para participação no controle social do SUAS, em parcerias com entidades*
1280 *que atuam no território. Não realizado, consultar a SNAS sobre a metodologia para esse trabalho.*
1281 *Solange Teixeira. Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência*
1282 *Social.”.A Conselheira Marlene questiona se no item 1 com relação a esta proposição de abertura da*
1283 *reunião regional, se é feita na noite anterior ao início dos trabalhos. O Conselheiro Leovane pergunta*
1284 *o motivo dos Conselhos do Mato Grosso e Distrito Federal não estarem presentes na Reunião*
1285 *Regional. O Presidente Edivaldo informa que não entendeu o porque de se sugerir a mudança na*
1286 *metodologia das Oficinas, tendo em vista que na Região Nordeste houve uma maior quantidade de*
1287 *Estados que haverá na Região Norte e ainda assim foi usada a mesma metodologia. A Conselheira*
1288 *Raimunda Cadó esclarece que a solenidade de abertura toma bastante tempo dos trabalhos, por isso*
1289 *a Comissão sugere que seja realizada na noite anterior aos dois dias de reunião para que não*
1290 *prejudique o andamento dos trabalhos, esclarece também que os Conselhos não justificaram suas*
1291 *faltas na reunião regional e com relação a metodologia esclarece que porque a primeira oficina, no*
1292 *segundo dia, ela sai prejudicada, há um certo esvaziamento, por meio da experiência nas reuniões*
1293 *anteriores ficou o indicativo de que a metodologia se concentrasse, a oficina um, no primeiro dia,*
1294 *envolvendo o conjunto dos participantes, e a oficina dois, no segundo dia, envolvendo também o*
1295 *conjunto de participantes, de modo que consiga manter a motivação e a presença maior possível dos*
1296 *Conselheiros no encontro.O Conselheiro José Crus frisa a ideia de que a Reunião Regional não se trata*
1297 *de um evento, em que se destaque as autoridades e deve se destacar a riqueza dos debates juntos*
1298 *aos Conselhos Estaduais. A Conselheira Telma discorda da proposta de se realizara a abertura a noite,*
1299 *pois entende que a abertura é um momento importante para que as autoridades conheçam um*
1300 *pouco da Política de Assistência Social. A Conselheira Cláudia entende que a realização da abertura na*
1301 *noite anterior pode implicar em aumento de gastos, considerando diárias e passagens. O Presidente*
1302 *Edivaldo informa que as Reuniões Regionais estão mais caracterizadas como reunião de trabalho,*
1303 *devido as Oficinas que estão sendo realizadas, entende que é normal que no último dia de qualquer*
1304 *evento que aconteça no país haver um esvaziamento, porque as pessoas começam a retornar aos*
1305 *seus Estados, essa situação independe da programação, concorda que há uma dificuldade quanto o*
1306 *deslocamento da abertura para o dia anterior. A Conselheira Raimunda Cadó destaca que a*
1307 *participação das autoridades na solenidade de abertura possui o ponto positivo em relação ao*
1308 *fortalecimento dos CRAS, porém o foco é a reunião de trabalho com os Conselhos Estaduais. A*
1309 *Conselheira Raimunda Cadó registra que as participante, principalmente da reunião ocorrida no*
1310 *Maranhão, aclamaram pela participação do Presidente do CNAS em todos os momentos. O Presidente*

1311 Edivaldo concorda com a requisição de sua presença, porém, explica que na durante a reunião
1312 ocorrida no Maranhão foi solicitado a reunir-se com o governador, gestores municipais e ainda
1313 realizou visitas aos equipamentos, por isso resultou na sua ausência durante o primeiro dia inteiro. O
1314 Conselheiro José Crus registra que o objetivo das Reuniões Regionais é de oferecer apoio e promover
1315 compartilhamentos das realidades dos Conselhos Estaduais, e que a dinâmica deve ser baseada nesta
1316 interação para que a reunião não fique com características de um evento. O Presidente Edivaldo
1317 esclarece ao Conselheiro José Crus, que a sua preocupação também é a do Conselho Nacional, tendo
1318 em vista que os temas discutidos nas Oficinas são bastante presentes na realidade dos Conselhos
1319 Estaduais, acrescenta que os temas para as reuniões do ano seguinte estão sendo proposto pelos
1320 participantes nas próprias reuniões regionais, para que esse apoio seja efetivado. O Conselheiro
1321 Leovane informa que a participação dos Conselheiros nas Conferências municipais e estaduais se dão
1322 de duas formas, um de forma voluntária, a outra com um convite formal ao Conselheiro, e considera
1323 importante a participação dos Conselheiros Nacionais nessas conferências independente de como se
1324 realiza. O Conselheiro José Crus sugere que o item 2 da memória da Comissão de Acompanhamento
1325 aos Conselhos seja suprimido, tendo em vista que todos os Conselheiros Nacionais têm legitimidade
1326 para representar o CNAS nas conferências Estaduais e nas capitais, e considera também, esse tema
1327 competência da Comissão Organizadora. O Presidente Edivaldo esclarece à Conselheira Márcia, que o
1328 Conselho Nacional que informa aos Conselhos Municipais qual o Conselheiro representará o CNAS na
1329 conferência, pondera que o Conselho procura dar preferência de representação para o Conselheiro
1330 que reside na mesma localidade da conferência. A Conselheira Raimunda Cadó explica, em relação ao
1331 item 2, que a por ser uma Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, os Conselheiros precisam
1332 ter conhecimento do processo da organização da Conferência Nacional, portanto, não concorda que o
1333 item seja suprimido e sim que apenas haja uma mudança de redação. O Presidente Edivaldo entende
1334 que o processo discutido na Comissão Organizadora da X Conferência já está sendo socializado,
1335 através dos informes, na própria Plenária, e outros documentos publicados, porém entende que a
1336 Comissão deva detalhar alguns assuntos com o intuito de orientar os Conselhos Estaduais e
1337 Municipais. O Conselheiro José Crus, no que tange ao item sobre o Plano de Ação, entende que não é
1338 necessário que a Comissão consulte a SNAS, pois a própria Comissão pode realizar seu planejamento
1339 estratégico. O Presidente Edivaldo sugere, no item 2, que se substitua a palavra conhecer, pela
1340 palavra acompanhar, e com relação ao item 3, concorda que a própria Comissão deva estipular o
1341 método de execução para seu Plano de Ação, que a SNAS deve ser consultada apenas para dar um
1342 apoio ou parceria no que for necessário. A Conselheira Raimunda Cadó esclarece que foi pensando
1343 nas ações não realizadas, que, a Comissão pretendeu buscar o auxílio do SNAS para que disponibilize
1344 alguma informação que ajude a realizar a ação. Submetido o Relato da Comissão de
1345 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, foi aprovado pelo Pleno. **Relato da Comissão**
1346 **Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência Social,** pela Vice-Presidente
1347 Marlene: “*Memória de Reunião Comissão Organizadora da 10ª Nacional de Assistência Social, Reunião*
1348 *Ordinária 005/2015, horário e data 15 e 16/06 de 9h as 18h e aqui no Conselho a reunião. Integrantes*
1349 *da Comissão Presentes: Edivaldo da Silva Ramos Presidente do CNAS, Marlene Azevedo Silva, Vice-*
1350 *Presidente do CNAS, Alceu Kuhn, Aldenora Gomes Gonzalez, Célia Maria de Souza Melo Lima.*” E esse

1351 aqui você está pulando aqui? Não, não é? *“Clátia Regina Vieira, Jucileide Nascimento, Léa Lúcia Cecílio*
1352 *Braga, Leovane Gregório, Raimunda Nonata Cadó, Solange Teixeira, convidados: Carlos Ferrari equipe*
1353 *de relatoria, Célia Vanderlei Moraes, equipe de relatoria, Márcia Lopes, equipe de relatoria, Maria*
1354 *Luiza Rizzotti, equipe de relatoria, Patrícia Alencar ASCOM/MDS, ouvintes: Maria Silva Covielo,*
1355 *CONSEAS São Paulo, Paulo César G. Mantis, CONSEAS São Paulo, Secretária-Executiva do CNAS, Maria*
1356 *Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro da Silva, Celda Maria Chaves de Souza, Rosângela da Silva*
1357 *Almeida. Item 1: discussão da prorrogação da data da realização da X Conferência Nacional ocorrida*
1358 *na CIT, esse assunto foi levado à CIT por alguns Secretários Estaduais, a Coordenador da CIT tendo em*
1359 *vista que a CIT não era o espaço adequado para essa discussão, sugeriu que os representantes do*
1360 *FONSEAS e CONGEMAS no CNAS e o Conselheiro representantes do CNAS na CIT levassem o assunto*
1361 *para debate no CNAS. Dessa forma a Conselheira Célia Lima fez o relato da discussão ocorrida na CIT*
1362 *sobre a possibilidade de prorrogação da data da X Conferência Nacional. Encaminhamento: a posição*
1363 *da Comissão Organizadora é pela manutenção do processo de Conferência de Assistência Social em*
1364 *curso e da data já estabelecida na X Conferência Nacional, ou seja, de 07 a 10 de dezembro de 2015,*
1365 *considerando que as Conferências Estaduais e do Distrito Federal estão sendo planejadas e*
1366 *organizadas com datas definidas. Outro encaminhamento: agendamento de reunião do CNAS com o*
1367 *FONSEAS e CONGEMAS com vistas a definir estratégias conjuntas sobre o processo de Conferência*
1368 *conforme deliberado. 2: discussão sobre o Plano de Comunicação da ASCOM/MDS, Patrícia Alencar*
1369 *representantes da ASCOM/MDS informou que a ASCOM/MDS está passando por uma reestruturação*
1370 *interna, em seguida apresentou um documento básico preliminar de cobertura jornalística do*
1371 *processo de Conferência e da X Conferência Nacional de Assistência Social que inclui entre outras*
1372 *ações: a divulgação no portal MDS, no INFO/SUAS, nas redes sociais para além da cobertura dos*
1373 *eventos. Após discussão e contribuições de ajustes, o documento básico, a Comissão Organizadora fez*
1374 *o seguinte encaminhamento: criação da Subcomissão de Comissão composta pela Conselheira Vice-*
1375 *Presidente Marlene Silva e o Conselheiro Leovane Gregório. Essa Subcomissão fará uma reunião*
1376 *interna com a Secretária-Executiva e em seguida se reunirá com o Coordenador da ASCOM para*
1377 *discutir o Plano de Comunicação. Nota explicativa sobre a participação dos trabalhadores e*
1378 *trabalhadoras do SUAS nas Conferências de Assistência Social de 2015: a Comissão Organizadora*
1379 *retomou a avaliação na nota explicativa sobre a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do*
1380 *SUAS nas Conferências de Assistência Social de 2015, considerando que houve aprovação na plenária*
1381 *do CNAS em maio da Resolução CNAS número 06 que regulamenta o entendimento a cerca dos*
1382 *trabalhadores do SUAS, após discussão e ajuste de redação a Comissão Organizadora submete a nota*
1383 *explicativa para apreciação da plenária.” Que está no anexo I que a gente lê posteriormente. “4:*
1384 *discussão sobre a composição da lista de delegados nacionais, total 58, a Comissão Organizadora*
1385 *retomou os critérios de indicação dos delegados nacionais aprovados na plenária do CNAS de abril,*
1386 *encaminhamento: as representações do governo e da sociedade civil no CNAS farão as indicação dos*
1387 *delegados até a reunião da Comissão Organizadora de setembro. Item 5: discussão sobre a*
1388 *composição da lista de convidados, total 156. A Comissão Organizadora retomou os critérios de*
1389 *indicação dos convidados aprovados na plenária do CNAS em abril. Encaminhamentos: a Comissão*
1390 *Organizadora propõe que a exemplo das Conferências anteriores, os 57 Secretários-Executivos só CEAS*

1391 e do CRAS/DF sejam convidados. As representações do governo e da sociedade civil farão a indicação
1392 de nomes na reunião da Comissão Organizadora de setembro. Mérito CNAS: X Conferência Nacional
1393 de Assistência Social, premiação para reconhecimento da gestão e controle social do SUAS,
1394 Subcomissão: Célia Lima, Maria Lúcia Marquim, Lea Braga, Clátia Vieira, Raimunda Cadó e Aldenora
1395 Gonzalez. Encaminhamento: a Subcomissão realizou uma primeira conversa sobre mérito CNAS e fará
1396 apresentação do projeto na reunião da Comissão Organizadora em julho. 7: informe sobre, pela
1397 Secretaria-Executiva sobre a tramitação do termo de referência, 20, 21 de maio CNAS abriu o processo
1398 de número 71.010.000.528/2015/01 referência à locação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães
1399 para realização da X Conferência Nacional de Assistência Social. O valor total de locação do espaço é
1400 de R\$435.711,36, sendo que o CNAS teria que pagar uma taxa de reserva de R\$65.356,70 até o dia
1401 27/05/2015 e o restante: R\$370.354,66 até o dia 06/11/2015. O CNAS enviou um Ofício à SETUR,
1402 Secretaria de Turismo, solicitando à possibilidade do governo do Distrito Federal ceder sem ônus o
1403 Centro de Convenções, bem como Ofício solicitando a prorrogação do pagamento da taxa de reserva.
1404 Essa última solicitação foi atendida e o CNAS terá até outubro de 2015 para fazer o pagamento,
1405 ressalta-se que Ministra de Estado do MDS está fazendo gestão junto ao Governador do Distrito
1406 Federal com vistas a conseguir a isenção do espaço.” Como eu tenho informação sobre isso eu deixo
1407 para a hora da discussão aqui com relação a esse item. “Conforme informe da reunião passada, o
1408 termo de referência da X Conferência foi adaptado ao modelo do termo de referência da AGU e foi
1409 construído com a participação e contribuição da CONJUS, Subsecretaria de Assuntos Administrativos,
1410 a SAA e ASCOM, o mesmo foi encaminhado à SAA no dia 15 de junho.” Também tenho informação,
1411 passo posteriormente. “8: demandas recebidas sobre processo de Conferência: o Conselho Estadual de
1412 Assistência Social do Amapá solicita informações de como proceder acerca do oficina número 355 de
1413 2015 da Secretaria Municipal de Ferreira, informando que não poderá realizar a Conferência
1414 Municipal de Assistência Social. O referido município passa por um processo de calamidade pública,
1415 por meio do Decreto 154 de 2015 foi declarada a situação de emergência do município em função do
1416 rompimento da barragem que inundou a maioria da cidade. A Conselheira Aldenora Gonzalez fez
1417 contato com o município que informou que a situação foi contornada e será realizada a Conferência
1418 Municipal de Assistência Social. Encaminhamento: que o CNAS envie Ofício à Secretaria e ao Conselho
1419 Municipal de Assistência Social de Ferreira Gomes para cumprimentá-los pelo esforço de realização da
1420 Conferência Municipal no momento em que se faça pela situação de calamidade. 8.2: e-mail do
1421 Conselho Municipal de Aripuanã, informo que solicitamos apoio ao CEAS Mato Grosso em 07/04 para
1422 capacitação, nível de polo e preparação à Conferência Municipal para discutirmos o tema considerado
1423 bastante complexo. Fomos informados da impossibilidade de atendimento da nossa sugestão.
1424 Estamos encontrando sérias dificuldades na realização da Conferência, justamente pela falta de
1425 preparo da equipe gestora e do CNAS para discutir o conteúdo durante o trabalho do grupo, o
1426 município de Aripuanã, gestão básica pequeno porte I.” Eu estou lendo o relato do município: “Nunca
1427 deixou de cumprir com suas responsabilidades, inclusive, na realização das Conferências desde a
1428 implantação do SUAS, pedimos informação sobre as consequências de não realização dessa
1429 Conferência. O encaminhamento foi enviar Ofício ao Conselho Estadual de Mato Grosso solicitando
1430 informação sobre o assunto e colocando o CNAS à disposição para apoiar no processo de Conferência

1431 *daquele estado, incluindo aqui o município. E-mail da senhora Sarita Paz: sou Assistente Social, atuo*
1432 *em entidade de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, SCVSCFP, onde*
1433 *os usuários são adolescentes de 15 a 17 anos. estamos capacitando-os para participação nas*
1434 *Conferências justamente com suas famílias, questão: adolescentes podem ser candidatos a*
1435 *delegados? Encaminhamento: a Comissão Organizadora propõem para apreciação da plenária a nota*
1436 *de recomendação a cerca de participação de adolescentes nas Conferências de Assistência Social,*
1437 *anexo II. 8.4: oficina 04/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, Cidadania e Assistência Social e do*
1438 *CMAS de Nova Roma do Sul solicitando autorização para não realização da Conferência Municipal em*
1439 *função da reestruturação do município e pelo fato de estarem reiniciando a discussão à cerca da*
1440 *Política de Assistência Social, em fase e reelaboração da Lei de criação e do regimento interno do*
1441 *Conselho Municipal. Encaminhamento: enviar Ofício ao Secretário Municipal e Presidente do CMAS*
1442 *reforçando que o momento de reestruturação por que passa o município é oportuno e que a realização*
1443 *da Conferência Municipal de Assistência Social contribuirá para a qualificação dessa reestruturação e*
1444 *para o fortalecimento do SUAS em Nova Roma do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul.” Imagina, é*
1445 *ato falho. “8.5: nota de esclarecimento: relação subtemas e dimensões no processo conferencial,*
1446 *considerando a demanda apontada na reunião ampliada do CEAS Mato Grosso do Sul com o CMAS,*
1447 *realizada no dia 27 de maio em Campo Grande do Mato Grosso do Sul, a equipe da relatoria construiu*
1448 *uma nota de esclarecimento debatida no âmbito da Comissão Organizadora, que ora é apresentada*
1449 *pela apreciação, para apreciação da plenária, nove.” Está tudo certo aí gente? “Discussão sobre as*
1450 *orientações para as Conferências Estaduais, a equipe de relatoria da 10ª apresentou a versão*
1451 *preliminar das orientações das Conferências Estaduais com o seguinte conteúdo: ações preparatórias,*
1452 *delegados, sugestão para escolha e preparação, proposta de formato de processo decisório da*
1453 *Conselho Estadual, Minuta de regulamento e regimento interno e instrumentos de registro.*
1454 *Encaminhamento: que a equipe de relatoria trabalhe nas orientações para a Conferência de*
1455 *Assistência Social do Distrito Federal, considerando suas especificidades e que seja incluída nas*
1456 *orientações a recomendação de que os grupos de discussão na Conferência tenham todas as*
1457 *representações: governo, sociedade civil, usuários e entidades e trabalhadores. Calendário de*
1458 *construção coletiva das orientações 26 de junho: as referidas orientações serão encaminhadas pela*
1459 *Secretaria-Executiva para apreciação da Comissão Organizadora até 10 de julho, os integrantes da*
1460 *Comissão Organizadora encaminharão contribuições ao documento para o CNAS. E 16 a 17 de julho a*
1461 *equipe de relatoria fará análise das contribuições e fechará a proposta das orientações, e 20 e 21 de*
1462 *julho as orientações serão discutidas e validadas pela Comissão Organizadora para apreciação da*
1463 *plenária em julho.” Então o processo está em construção das orientações. “10: a equipe da relatoria*
1464 *da X Conferência Nacional de Assistência Social, 10.1: definição do calendário da realização de*
1465 *reuniões da equipe de relatoria, 16 e 17 de julho, 04 e 05 de agosto, 08 e 09 de setembro, 14 e 15 de*
1466 *outubro, 04 e 05 de novembro. Foi definido que...” O componente aqui está uma redação ruim. “Que o*
1467 *Professor Célio Vanderlei será o Coordenador-Geral da equipe de relatoria e que será convidado pelo*
1468 *CNAS para participar das reuniões da Comissão Organizadora, e havendo necessidade das reuniões*
1469 *plenárias do CNAS. 11: definição da pauta da próxima reunião: 20 e 21 de julho de 2015, informes dos*
1470 *Conselheiros sobre a participação nas Conferências Municipais, plano de comunicação para a*

1471 *cobertura das Conferências de Assistência Social, preparação para a segunda Teleconferência, etapas*
1472 *Conferências Estaduais e do Distrito Federal prevista para o dia 24 de agosto. 11.4: apreciação do*
1473 *documento, perguntas e respostas, processo de Conferências de Assistência Social 2015, 11.5:*
1474 *apresentação do projeto mérito CNAS, X Conferência Nacional de Assistência Social, 11.6: discussão e*
1475 *validação das orientações para as Conferências Estaduais, 11.7: discussão e validação dos*
1476 *instrumentais para a Conferência do Distrito Federal, 11.8: discussão da programação da X*
1477 *Conferência Nacional, 11.9: SISCONFERÊNCIA, 11.10: informes pela Secretaria-Executiva sobre a*
1478 *tramitação do tema de referência, 11.11: demandas recebidas sobre o processo de Conferência, 11.12:*
1479 *outros assuntos e 11.13: definição da pauta da reunião de agosto.”. A Conselheira Célia esclarece que*
1480 *o item 1, não foi um assunto pautado na reunião do FONSEAS, e também não foi pautado na reunião*
1481 *da CIT, foi apenas um encaminhamento realizado pela Coordenadora da CIT, a Secretária Nacional*
1482 *leda, o qual todos concordaram que o representante do CNAS e do FONSEAS, trouxessem o tema para*
1483 *ser discutido no âmbito do Conselho Nacional. O Conselheiro Leovane pondera que as demandas*
1484 *sobre a mudança de datas ou não realização das conferências devem ser justificadas de forma oficial*
1485 *ao Conselho, pois se não for dessa forma, dificulta a apreciação da questão. A Conselheira Marlene*
1486 *propõe que o CNAS se manifeste junto aos Governadores, ao FONSEAS e CONGEMAS para informar*
1487 *sobre a importância da realização das Conferências. O Presidente Edivaldo informa que com relação*
1488 *Comitê, responsável pela conferência conjunta, que congrega os quatro Conselhos: criança e*
1489 *adolescente, idoso, pessoa com deficiência, a diversidade, ainda se manifestará sobre uma possível*
1490 *alteração na data da conferência, acrescenta que na reunião ordinária passada foi aprovado um*
1491 *encaminhamento sobre o documento a ser elaborado e enviado aos Governadores e Prefeitos,*
1492 *pedindo o apoio na realização das Conferências, o MDS solicitou que o CNAS produzisse esse*
1493 *documento, o qual será assinado pela Ministra, e pelo Presidente do CNAS. Nota explicativa sobre a*
1494 *participação dos trabalhadores e trabalhadoras no SUAS nas Conferências de Assistência Social de*
1495 *2015. As Conselheiras Marlene e Léa realizam a leitura da nota: “Anexo I: nota explicativa sobre a*
1496 *participação dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social, SUAS nas*
1497 *Conferências de 2015 fundamentada na Resolução CNAS número 06 de 2015. Essas explicações têm*
1498 *por objetivo tratar a representação dos/das trabalhadores e trabalhadoras no processo de construção*
1499 *e realização das Conferências Municipais, Estaduais, Distrito Federal e Nacional de 2015. 1: a*
1500 *organização da Assistência Social se estabelece por meio do sistema descentralizado e participativo, o*
1501 *SUAS que tem por funções precípuas a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de*
1502 *direitos, seus princípios e objetivos...” Seus principais, desculpa. “E objetivo são, proteger à vida,*
1503 *reduzir danos e prevenir incidência de riscos sociais e pessoais, Norma Operacional Básica do SUAS*
1504 *2012, item 2: a proteção social se concretiza com a oferta de serviços de caráter planejado e*
1505 *continuado, programas, projetos e benefícios socioassistenciais previstos na Lei Orgânica de*
1506 *Assistência Social, LOAS, que visam a melhoria de vida da população e cujas ações voltadas para as*
1507 *necessidades básica observem os objetivos e diretrizes previstas na Lei 8.742 de 07/12/93, atualizada*
1508 *pela Lei 12.435 de 2011. Conforme estabelecido na PNAS 2004 e na NOB/RH/SUAS de 2006, a Política*
1509 *de Recursos Humanos é um dos eixos estruturantes para implementação do SUAS e para se alcançar*
1510 *os objetivos previstos na Política Nacional de Assistência Social, PNAS 2004. É necessário tratar a*

1511 *gestão do trabalho como uma questão estratégica, a qualidade dos serviços socioassistenciais*
1512 *disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos*
1513 *trabalhadores atuantes no SUAS, NOB/RH/2006, página 15. As orientações técnicas e normativas*
1514 *obrigatórias no âmbito do SUAS reafirmam a centralidade dos/das trabalhadores, trabalhadoras*
1515 *tendo em vista que materializam o direito socioassistencial por meio da ação planejada, qualificada e*
1516 *continuada. A composição das equipes de referência no âmbito do SUAS está fundamentada no*
1517 *conjunto de normas que alicerçam o sistema e estabelecem competências e responsabilidades da*
1518 *Política de Assistência Social e, conseqüentemente, da gestão das unidades e dos serviços, programas,*
1519 *projetos da rede socioassistencial. Nesse sentido os parâmetros que orientam a gestão do trabalho no*
1520 *âmbito do SUAS, tem como base a concepção da Assistência Social contida na Constituição Federal de*
1521 *1.988 na Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS 1993, alterada pela Lei número 12.435 de 06 de*
1522 *julho de 2011 na Política Nacional de Assistência Social, PNAS 2004, na Norma Operacional Básica do*
1523 *SUAS, NOB/SUAS 2012 e expressos na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, na*
1524 *Resolução do CNAS de número 17 de 20 de junho de 2011 que ratifica a equipe de reuniões*
1525 *estabelecida pela NOB/RH/SUAS que reconhece as categorias profissionais de nível superior para*
1526 *atender as especificidades e particularidades do trabalho social e das funções essenciais de gestão.*
1527 *Bem como a Resolução número 09 de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as*
1528 *áreas profissões de ensino médio e fundamental no SUAS em consonância com a NOB/RH/SUAS.*
1529 *Nesse conceito de normas destaca-se a NOB/RH/SUAS aprovada pelo CNAS por meio da Resolução*
1530 *269/2006, que estabelece a equipe de referência do SUAS como: aquelas constituídas por servidores*
1531 *efetivos responsáveis pela organização, gestão e oferta, provimento dos serviços, programas, projetos*
1532 *e benefícios de proteção social básica especial, levando-se em consideração o número de famílias e*
1533 *individuais referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos*
1534 *usuários. Considerando também que atuem nesse sistema os/as trabalhadores, trabalhadoras da*
1535 *Rede Socioassistencial privada que integram a Política de Assistência Social. Seguindo os avanços a*
1536 *implementação do SUAS, seu aprimoramento e oferta qualificada de suas ações, a NOB/SUAS*
1537 *aprovada pela Resolução CNAS 33/2012 em seus Artigos 109, 112, Capítulo VIII que trata da gestão do*
1538 *trabalho no SUAS especificam as ações relativas à valorização dos/das trabalhadores, trabalhadoras e*
1539 *a estruturação do processo de trabalho institucional, além das responsabilidades compartilhadas no*
1540 *âmbito dos entes federativos. Para o efeito das Conferências de Assistência Social de 2015 a Resolução*
1541 *CNAS 26 de 21 de maio de 2015, que regulamenta entendimentos à cerca dos trabalhadores do*
1542 *Sistema Único de Assistência Social, no seu Artigo 1º reconhece como legítima todas as formas de*
1543 *organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, Federações,*
1544 *Confederações, centrais sindicais, Conselhos Federais de Profissão Regulamentadas, Fórum Nacional e*
1545 *Fóruns Regionais, Estaduais e Municipais de Trabalhadores que organizam, defendem e representa os*
1546 *interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social. Conforme*
1547 *preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política de Assistência Social e no Sistema Único*
1548 *de Assistência Social. Diante de todo o exposto o CNAS ratifica que os/as trabalhadores e*
1549 *trabalhadoras do SUAS são todos e todas, aqueles e aquelas inseridos e inseridas nas Secretarias de*
1550 *Assistência Social, nas Secretarias-Executivas dos Conselho de Assistência Social, nas unidades*

1551 *públicas estatais, as entidades e organizações de Assistência Social, respectivamente responsáveis*
1552 *pelas funções de gestão e pelo provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios*
1553 *socioassistenciais da Rede Socioassistencial. Esses e essas trabalhadores e trabalhadoras no âmbito*
1554 *das Conferências de 2015 deverão, defenderão os seus interesses coletivos na qualidade de*
1555 *representantes do segmento de trabalhadores e trabalhadoras da sociedade civil, conforme diretrizes*
1556 *e princípios estabelecidos na NOB/RH/SUAS. De acordo com o § 3º do Artigo 1º da Resolução CNAS*
1557 *número 06 de 2015, a representação dos trabalhadores deve ser distinta e autônoma em relação aos*
1558 *demais segmentos que compõem os Conselhos de Assistência Social e do processo de Conferências,*
1559 *por isso um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUAS que pela própria*
1560 *natureza da função representa os Gestores Públicos ou organizações e entidades de Assistência Social,*
1561 *não pode ser representante dos trabalhadores, assim não deve participar nas Conferências de*
1562 *Assistência Social na condição de representante dos trabalhadores, dos profissionais com cargo de*
1563 *direção e/ou de confiança quanto na esfera estatal quanto no âmbito privado, ressalta-se que os*
1564 *dirigentes de entidades e organizações, de representação das categorias profissionais previstos nas*
1565 *Resoluções do CNAS de número 17 de 2011 e 09 de 2014, são representantes legítimos dos*
1566 *trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. No segmento da sociedade civil, portanto, podem ocupar*
1567 *esses espaços de representação das Conferências de Assistência Social. No processo das Conferências*
1568 *de 2015, os municípios devem potencializar todas as formas e estratégias para ampliar a participação*
1569 *dos e das trabalhadores e trabalhadoras da Rede Socioassistencial público e privada do SUAS,*
1570 *materializadas em Pré-Conferências, dentre outras. Essa fase preparatória possibilitará a identificação*
1571 *e pré-inscrição para as Conferências Municipais e do Distrito Federal, nos segmentos, governos e*
1572 *sociedade civil. Nesse sentido deve ser garantida a liberação das e dos trabalhadoras, trabalhadores*
1573 *para a sua participação nas Conferências de Assistência Social, sem prejuízos econômicos. Bem como*
1574 *estimular e criar condições para a participação desses trabalhadores de nível médio e fundamental*
1575 *nas Conferências de Assistência Social. Com vistas a assegurar a participação efetiva dos três níveis de*
1576 *formação conforme o previsto nas Resoluções do CNAS de número 17/2011 e número 09/2014. Cabe*
1577 *observar que é escolha de delegados, delegadas, delegados para são Conferências Estaduais e*
1578 *Nacional no que se refere ao segmento de trabalhadores, trabalhadoras devem ser realizada entre*
1579 *seus pares. Assim as orientações aqui consignadas para efeitos no processo das Conferências de 2015,*
1580 *estão respaldados no arcabouço legal e normativo. E especialmente na realidade vivenciada pelas*
1581 *várias organizações dos/das trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, e representatividade nos*
1582 *Conselhos e nas Conferências que agregam os/as trabalhadores e trabalhadoras públicos e privados.*
1583 *Brasília, 15 de junho de 2015, Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de Assistência*
1584 *Social.”. A Conselheira Léa solicita a correção do texto, pois existem nele palavras trocadas quando há*
1585 *referências sobre os trabalhadores e trabalhadoras. O Conselheiro José Crus questiona sobre a*
1586 *representação dos trabalhadores na conferência, considera item confuso e limitado aos dirigentes dos*
1587 *Conselhos de Classe, e as centrais sindicais para representar os trabalhadores. A Conselheira Jucileide*
1588 *esclarece que a intenção não foi excluir os demais representantes e se propõe a melhorar a redação*
1589 *do texto para que fique mais claro. O Presidente Edivaldo complementa que a intenção do texto foi*
1590 *explicar que algumas pessoas por estarem dirigentes, não Gestor de estado, porém entidades de*

1591 trabalhadores, podem ser delegados. A Conselheira Margareth esclarece que Dirigente é de central
1592 sindical e de sindicato, as autarquias pelo que eu conheço são Conselheiros, Conselheiras, dentro
1593 dessa perspectiva, entende-se que a redação não procede em questão de mérito, entende que o
1594 texto está claro do ponto de vista de que só não pode representar trabalhador quem tem cargo de
1595 chefia, fora isso, seja dirigente de sindicato, de central, de entidades sindicais, seja Conselheira,
1596 Conferência CFESS, CRP, CONFITO, vão participar. O Presidente Edivaldo entende que se não der um
1597 tratamento diferenciado para os dirigentes das entidades exclusivas de trabalhadores, corre-se o risco
1598 de haver uma interpretação erradanas Conferências Municipais e Estaduais, no sentido de entender
1599 que dirigentes de entidades não podem concorrer. A Conselheira Marlene esclarece que a nota, trazia
1600 alguns exemplos e acabou juntando duas coisas diferentes: uma de que não devem participar na
1601 condição de trabalhadores os profissionais de cargo de direção, tanto das entidades quanto da esfera
1602 estatal. Uma outra coisa que foi para reforçar é que nesse rol não entravam os representantes dos
1603 Conselhos, os dirigentes, no caso, os que compõe a Diretoria dos Conselhos, dos sindicatos. A
1604 Conselheira Jucileide entende que o item ficará prejudicado se for suprimido em parte, pois a citação
1605 direta da Resolução número 06 diz o seguinte: *“Um profissional com cargo de direção de confiança na*
1606 *gestão do SUAS, que pela própria natureza da função representa os Gestores Públicos, organizações e*
1607 *entidades de Assistente Social não podem ser representantes dos trabalhadores.”* Ou seja, se a
1608 Resolução 06 já diz isso, por que criar um parágrafo para explicar uma coisa que já está clara na
1609 Resolução, portanto, entende que se é para suprimir, suprime tudo e só faz a cópia da Resolução. O
1610 Conselheiro Leovane sugere a retirada do tema discutido da pauta, para que a nota seja realizada em
1611 outro momento com maior tranquilidade e seja clara em suas orientações. O Presidente Edivaldo
1612 concorda com a proposta do Sr, Leovane, desde que o Pleno a acate para ser discutida na reunião de
1613 julho, todavia, ressalta que as conferências municipais já estão em curso. A Conselheira Léa sugere
1614 um grupo de trabalho para modificação na nota. O Presidente Edivaldo sugere que o item 12 seja
1615 suprimido integralmente, e submete a nota a aprovação do Pleno, e o Pleno a aprova com a devida
1616 modificação. A Conselheira Célia sugere, com relação ao item 1 que , o documento/ofício seja para os
1617 Governadores e Prefeitos, com cópia para os Gestores. O Presidente Edivaldo explica que
1618 normalmente a forma de dialogar com Prefeitos e Governadores não é a mesma com os Gestores. A
1619 Conselheira Marlene relata os informes da tramitação do termo de referência: a Ministra esteve, no
1620 dia anterior, com o Governador do Distrito Federal e está autorizada a sessão do Centro de
1621 Convenções sem ônus para esse colegiado; e foi acatado pelo MDS de que a despesa com
1622 hospedagem e alimentação seria para todos os participantes, o que implica em um custo de
1623 aproximadamente cinco milhões e 800 mil para a Conferência, entretanto, o orçamento disponível é
1624 de três milhões e 500 mil, serão necessários remanejamentos internos. A Conselheira Léa realiza a
1625 leitura da nota de recomendação á cerca da participação de adolescentes nas Conferências de
1626 Assistência Social: *“Nota de recomendação á cerca da participação de adolescentes nas Conferências*
1627 *de Assistência Social: o Conselho Nacional de Assistência Social reconhece a importância da*
1628 *participação dos adolescentes nas Conferências de Assistência Social, na condição de usuários dos*
1629 *serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais da Política de Assistência Social. Nessa*
1630 *condição entende que esses têm o direito de exercer o protagonismo e manifestar-se sobre a Política*

1631 *de Assistência Social. Bem como compor as delegações dos seus estados uma vez legitimados as*
1632 *respectivas Conferências Municipais e Estaduais. Para a participação do adolescente na X Conferência*
1633 *Nacional de Assistência Social, o CNAS exige: 1º, que a delegação defina entre os seus delegados o*
1634 *responsável pelo adolescente para acompanhamento nos deslocamentos e em outras situações*
1635 *necessárias para a sua efetiva participação. 2, que o responsável tenha um documento de autorização*
1636 *por escrito dos pais ou responsáveis no acompanhamento do adolescente para efeito de hospedagem*
1637 *conforme o Artigo 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas recomendações estão*
1638 *respaldadas na Legislação em vigor transcrita abaixo: a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que é o*
1639 *Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Artigo 2º que diz: considera adolescente pessoa entre 12*
1640 *a 18 anos de idade incompletos, responsável: aquele que não sendo pai ou mãe detenha por ato legal*
1641 *ou judicial poderes para autorizar ou acompanhar viagem de menor de idade. Capítulo II, 2º, do*
1642 *direito à liberdade, ao respeito e a dignidade, no Artigo 16 do ECA o direito à liberdade compreende os*
1643 *seguintes aspectos: 1º, ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as*
1644 *restrições legais. Artigo 88: é proibida a hospedagem de crianças e adolescente em hotel, motel,*
1645 *pensão ou estabelecimento congêneres, salvo se autorizado ou acompanhado dos pais ou*
1646 *responsáveis. Brasília, 16 de junho de 2015, Comissão Organizadora da X Conferência Nacional de*
1647 *Assistência Social.”. Após a questão ser amplamente debatida, a discussão sobre a nota foi suspensa*
1648 *por alguns minutos para que a Conselheira Cláudia realizasse as devidas modificações. A Conselheira*
1649 *Marlene realiza a leitura do anexo III , nota de esclarecimento da relação de subtemas e dimensões*
1650 *no processo conferencial: “Anexo III, nota de esclarecimento da relação de subtemas e dimensões no*
1651 *processo conferencial: o CNAS com vistas a qualificar técnica e politicamente os trabalhos e debates*
1652 *em todo o processo conferencial, avançou na estruturação de proposta metodológica organizando os*
1653 *subtemas apresentados no instrumental em em cinco dimensões, a saber: a dignidade humana e*
1654 *justiça social, princípios fundamentais para a consolidação do SUAS, 2: participação social com*
1655 *fundamento do SUAS, 3: primazia da responsabilidade do estado por um SUAS público e republicano,*
1656 *4: qualificação do trabalho no SUAS, 5: Assistência Social é direito no sentido de facilitar a*
1657 *compreensão dos subtemas e a construção das prioridades para os próximos 10 anos do SUAS, essas*
1658 *dimensões integram e articulam subtemas. Desse modo as Conferências deverão partir do tema geral,*
1659 *organizarem os debates, trabalhos de grupos e as deliberações nessas cinco dimensões que expressam*
1660 *os subtemas. Assim considerando que as dimensões têm um caráter de proposta metodológica,*
1661 *sugere-se que os debates de deem em cinco grupos, um para cada dimensão devendo trabalhar para*
1662 *que toda a discussão contemple o tema e os três subtemas, Brasília, 19 de junho de 2015.”. A*
1663 *Conselheira Cláudia sugere que no escopo do anexo III sejam repetidos os subtemas. A Conselheira*
1664 *Marlene explica o contexto da nota, e o que levou a solicitação a Comissão de Relatoria para fazê-*
1665 *la,primeiramente, o instrumental cinco, ele traz detidamente quais os três subtemas, as cinco*
1666 *dimensões, as perguntas que orientam a discussão das cinco dimensões, e traz um quadro onde ele*
1667 *diz que os Conselhos vão trabalhar com as dimensões, quais são as deliberações para cada dimensão.*
1668 *Houve uma solicitação de esclarecimento ao Sr. Edivaldo em uma reunião ampliada, porque os*
1669 *municípios estavam, presentes, estavam entendendo que eles iam fazer os grupos em cima dos três*
1670 *subtemas, explicou-se ao Conselho Estadual de que as dimensões, elas perpassam sim, elas detalham*

1671 os subtemas, que o instrumental a ser preenchido é aquele onde analisa cada uma das dimensões, e
1672 as perguntas orientadoras e vai formulando. Nesse sentido a proposta metodológica posta aqui, é que
1673 a discussão, ela se dê a partir das dimensões, porque elas são detalhamento dos subtemas. É a partir
1674 das dimensões, nesse sentido a nota foi pensada para ajudar nessa compreensão. A Conselheira
1675 Cláudia sugere que organizando os temas, os subtemas apresentados a saber: relaciona-se os
1676 subtemas e constam de forma detalhada ou de forma evidenciada no instrumental um, informe cinco,
1677 de forma transversal ou de forma articulada em cinco dimensões a saber. Aí vêm as cinco dimensões
1678 no sentido de facilitar a compreensão dos subtemas e a construção das prioridades, essas dimensões
1679 imperam e articulam os subtemas, desse modo as Conferências deverão a partir do tema geral
1680 organizarem os debates, trabalho de grupo e as deliberações nessas cinco dimensões e expressos os
1681 subtemas. A Conselheira Márcia ressalta sobre a dificuldade dessas questões serem discutidas no
1682 âmbito dos Municípios. A Conselheira Léa esclarece que, devido a esse dificuldade dos Municípios, e
1683 das pessoas não lerem de forma atenciosa, os documentos produzidos pelo CNAS, já que há muitas
1684 consultas ao CNAS de questões constantes nos documentos, a nota foi realizada objetivando ser uma
1685 orientação rápida, devido a essa realidade. A Conselheira Jucileide entende que a nota de
1686 esclarecimento deve ser disponibilizada o mais rápido possível, pois muitas conferências já iniciaram e
1687 dividiram os grupos de trabalho de forma errônea. O Presidente Edivaldo registra que a nota possui o
1688 objetivo, não para dizer que é para trabalhar em três ou cinco grupos, era para dizer que elas não
1689 substituem os três subtemas, esse é o objetivo primeiro da nota. Todavia, quando a Conselheira
1690 Cláudia colocou a sugestão de inserirmos os três subtemas, entendeu que era esse o foco, inserir os
1691 três subtemas e finalizaria a discussão. Mas se isso não basta, se isso não é o suficiente para atender o
1692 anseio dessa plenária, e se parece que essa plenária está revestida de uma série de dúvidas, como
1693 constatou-se em algumas falas, então os Informes 4 e 5 forma aprovados sem os devidos
1694 esclarecimentos, e essa situação considera preocupante. O Presidente Edivaldo encaminha a proposta
1695 da Conselheira Cláudia de inserir os três subtemas, e da Sra. Marlene de fazer referência ao
1696 Instrumental 5, a nota está vinculada a ele. A Conselheira Cláudia realiza a leitura do anexo II, o qual
1697 ficou responsável pelas modificações: o Item II que o responsável tem o documento de autorização
1698 por escrito, que seja colocado Item III: que o documento de autorização, porque já que está o Item II
1699 cita o documento de autorização. E o documento de autorização contemple também o direito de uso
1700 de imagem do adolescente, com as devidas recomendações previstas no Estatuto da Criança, ou
1701 resguardadas as recomendações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Aprovada a nota
1702 que versa sobre a participação da criança e adolescente. Os itens IX e X não tiveram nenhum
1703 destaque. No item XI o Conselheiro Leovane sugere que na próxima reunião, no dia 21, enquanto a
1704 reunião, se reúne, se não teria uma possibilidade de ter uma espécie de oficina com os outros
1705 conselheiros para fazer esse debate, essa conversa sobre conferência. O Presidente Edivaldo informa
1706 que a pauta da próxima reunião já está aprovada. E propõe que a alteração da pauta de 10h30 ao
1707 meio-dia, retirar o tema Censo/SUAS e deixar livre para esse debate, porque é um assunto
1708 emergencial, auxiliar a Secretaria-Executiva para tentar antecipar relatos, com a antecipação de
1709 relatos para quinta-feira das comissões que forem possíveis, e para ganhar tempo, para sobrar tempo
1710 na sexta-feira para o instante do relato da Comissão Organizadora. A Conselheira Marlene realiza a

1711 leitura das notas de repúdio contra a redução da maioria penal e contra a terceirização: “Nota
1712 Pública CNAS contra a redução da maioria penal. O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
1713 órgão superior de deliberação instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742 de
1714 07 de dezembro de 1993, com representatividade da sociedade civil e do poder público, vem a público
1715 manifestar repúdio a proposta de emenda constitucional PEC nº 171 de 93, aprovada em primeira
1716 instância no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.
1717 Inicialmente cabe destacar que a violência é um fenômeno de causas multifatoriais com a
1718 desigualdade social, o preconceito, a inequidade da distribuição de renda e a insuficiência das políticas
1719 públicas. *Aí está riscado aí. Está excluído aí um dos parágrafos. A gente lê tudo e depois pode ser.*
1720 Atualmente não há estudos que comprovem a correlação entre o recrudescimento das sanções
1721 aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais, e a diminuição dos índices de violência no Brasil,
1722 assim como não se pode afirmar que a inserção de adolescentes no regime de privação de liberdade
1723 diminuirá o sentimento de insegurança da população. Os setores favoráveis que buscam desacreditar
1724 a legislação vigente, disseminando a ideia de que o estado deve penalizar os adolescentes,
1725 desconsideram as iniciativas mal sucedidas de redução de idade penal em outros lugares do mundo,
1726 países como Alemanha e Espanha voltaram atrás da decisão da redução da maioria em razão da
1727 sua ineficácia, tanto para diminuição dos índices de violência, quanto para a redução dos atos
1728 infracionais cometidos pelos adolescentes. Esses setores favoráveis ainda ignoram o fato de que a
1729 inserção dos adolescentes no sistema prisional devido a sua precariedade e ineficiência, produzirá o
1730 efeito contrário ao pretendido conforme aponta o estudo redução da idade penal, socioeducação não
1731 se faz com prisão do Conselho Federal de Psicologia de 2013. Não compreendem que as medidas
1732 socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, legislação de referência
1733 internacional tem caráter sancionatório, ou seja, não há impunidade para aqueles adolescentes que
1734 cometem ato infracional. Um adolescente pode ficar até três anos em uma unidade de internacional,
1735 isso corresponde a metade de sua adolescência. Nas audiências públicas realizadas para debater a
1736 PEC 171, magistrados e autoridades presentes foram unânimes em afirmar que a redução da
1737 maioria penal não diminuirá a criminalidade no país. Ressalta-se que o Sistema Único de
1738 Assistência Social por meio dos CREAS oferta atendimento a adolescentes que praticam atos
1739 infracionais no serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa
1740 de liberdade assistida, e de prestação de serviços a comunidade. De acordo com o Censo/SUAS, CREAS
1741 2013, de um total de 2.259 CREAS, 1.649, 73% informaram ofertar o serviço de medida socioeducativo
1742 em meio aberto, atendendo a um total de 89.718 adolescentes. A maioria dos atos infracionais que
1743 levam a determinação judicial de medidas de privação de liberdade não envolve crimes contra pessoa,
1744 pesquisa do Conselho Nacional de Justiça de 2012 revela que os delitos cometidos por adolescentes
1745 que são predominantemente roubo, furto e tráfico, perfazendo aproximadamente 80% do total. É
1746 preciso explicitar o outro lado do problema da violência envolvendo adolescentes que têm sido
1747 reiteradamente esquecidos pelos propositores da redução da idade penal. Os adolescentes são mais
1748 vítimas do que autores de violência. O último índice de homicídios. O último índice de homicídios
1749 realizada em 2012 nas cidades com mais de 100 mil habitantes, estimou que mais de 42 mil
1750 adolescentes poderão ser vítimas de homicídios até 2019. De acordo com os dados para cada grupo de

1751 mil pessoas com 12 anos completos em 2012, 3,32 correm o risco de serem assassinados antes de
1752 atingir 19 anos de idade. A taxa representa o aumento de 17% em relação a 2011. A IH mostrou ainda
1753 que adolescentes negros ou pardos possuem aproximadamente três vezes mais probabilidade de
1754 serem assassinados do que os adolescentes brancos. De acordo com os dados da pesquisa, mapa da
1755 violência de 2012 e 2013, em 2011 a vitimização dos jovens negros também aumentou
1756 substancialmente 71,7% em 2012 para 154% em 2010. É preciso destacar o papel das medidas
1757 socioeducativas de meio aberto, que de acordo com o ECA devem ter prevalência em relação às
1758 medidas socioeducativas de meio fechado. As condições de muitas unidades de internação não são
1759 adequadas para o cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade. O Conselho
1760 Nacional do Ministério Público considera em seu recente relatório da infância e da juventude, que é o
1761 excesso de lotação nas unidades compromete severamente a qualidade do sistema socioeducativo.
1762 Superando o contexto das celas superlotadas que costumeiramente se vê no sistema prisional. Assim o
1763 estado tem o dever de implementar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, Lei
1764 12.594 de 2012 como resposta aos atos infracionais cometidos por adolescentes. Destaca-se a
1765 importância da estruturação do SUAS em 7.511 CRAS, 2.440 CREAS e 17 mil entidades que compõem a
1766 rede socioassistencial e a necessidade de avançar nas ações intersetoriais de prevenção,
1767 principalmente com as políticas de educação, saúde, cultura e esporte. A aprovação pelo Congresso
1768 Nacional da redução da maioria penal além de contrariar a cláusula pétrea constitucional,
1769 favorece a desproteção da infância e da adolescência no Brasil. É preciso mobilizar a sociedade, o
1770 poder público e as instâncias de defesa dos direitos humanos, em especial os da criança e do
1771 adolescente para que todos cumpram o que dispõe a constituição brasileira. Artigo 227: É dever da
1772 família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente uma absoluta prioridade de
1773 direito a vida, a saúde, alimentação, a educação, o lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade,
1774 ao respeito, a liberdade, a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda
1775 forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Conselho Nacional
1776 de Assistência Social como integrante do Sistema de Garantia de Direitos se manifesta contrário a PEC
1777 171 de 93 e ratifica a importância da doutrina da proteção integral que fundamenta a garantia de
1778 absoluta prioridade para criança e adolescente no acesso a direitos, respeitada a condição de pessoas
1779 com desenvolvimento expostos no ECA. Tendo em vista a falta de embasamento da PEC, a
1780 modificação proposta poderá causar impactos irreversíveis para adolescentes, principalmente pobres,
1781 negros e suas famílias. Desta forma é importante que atos infracionais e suas respectivas sanções
1782 sejam debatidas amplamente para que a ação do estado não se restrinja a segregação e ao
1783 encarceramento de parte da juventude brasileira. Garantir direitos e dignidade é a solução, o
1784 Conselho Nacional de Assistência Social tem um parágrafo aqui, que foi grifado, está sugerindo a
1785 supressão pelo que eu estou entendendo, a justificativa da PEC 171 não se baseia em estudos técnicos
1786 ou científicos que comprove o seu argumento, mostrando frágil para sustentar uma alteração
1787 constitucional principalmente no que se refere a um artigo considerado como cláusula pétrea, pois se
1788 trata de direitos e garantias individuais consagradas na constituição federal de 88.” A Conselheira
1789 Cláudia sugere a supressão do último parágrafo que trata de cláusula pétrea, por essa questão já ter
1790 sido mencionada, e sugere que o CNAS se posicione de maneira objetiva: CNAS contra a redução da

1791 maioria penal. Aprovada a nota contra a redução da maioria penal. A Conselheira Marlene
1792 realiza a leitura da Moção de Repúdio contra a terceirização: “*Moção de repúdio. O Conselho Nacional*
1793 *de Assistência Social – CNAS em sua 234ª Reunião Ordinária e realizada no período de 17 a 19 de*
1794 *junho de 2015, vem a público se posicionar contrário ao Projeto de Lei 4.330 de 2004 que regulamenta*
1795 *contrato de terceirização no mercado de trabalho aprovado na Câmara dos Deputados. Agora em*
1796 *tramitação no Senado Federal como PLC 30 de 2015 por considerar um retrocesso em relação às*
1797 *conquistas gerais da classe trabalhadora e aos direitos garantidos em suas lutas históricas no mundo*
1798 *do trabalho. Considerando a declaração universal dos direitos humanos, o pacto nacional dos direitos*
1799 *econômicos, sociais e culturais, o pacto internacional dos direitos civis e políticos, as convenções*
1800 *internacionais da Organização Internacional do Trabalho – OIT, a constituição federal, a legislação*
1801 *trabalhista, a Resolução CNAS nº 145 de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social –*
1802 *PNAS 2004. E a Resolução CNAS nº 269 de 2006 que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos*
1803 *Humanos do Sistema Único de Assistência Social, NOBRH/SUAS, e todas as demais normativas que*
1804 *tratam da Política de Assistência Social no Brasil, reafirma que os direitos trabalhistas em vigor no*
1805 *Brasil são conquistas históricas da classe trabalhadora e visam proteger as/os trabalhadores*
1806 *brasileiros nas correlações de forças desiguais entre patrões e empregados, porém os processos de*
1807 *terceirização acabam, o processo de terceirização acabou por desequilibrar ainda mais em desfavor*
1808 *dos trabalhadores, as relações sociais com enfraquecimento de suas organizações de seu poder de*
1809 *negociação, por conseguinte dos seus direitos fundamentais, inclusive direito de greve. A terceirização*
1810 *tal como está redigida no PL 30 de 2015, fragiliza o vínculo de trabalho com a empresa e também com*
1811 *o ambiente do trabalho, principalmente no que diz respeito a disparidade e redução de salários entre*
1812 *os trabalhadores, contratados diretamente e terceirizados e as jornadas diferenciadas com carga*
1813 *horária de trabalho maiores. E em decorrência prejudica o gozo dos direitos a férias, direito ao fundo*
1814 *de garantia do tempo de serviço – FGTS, como também a garantia dos direitos previdenciários.*
1815 *Especialmente no caso da Política de Assistência Social o processo de terceirização põe em risco todas*
1816 *as conquistas trabalhistas previstas nas normativas do SUAS supra citadas e ameaça o caráter*
1817 *continuado das ofertas e qualidades dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e*
1818 *impede a construção de vínculos dos trabalhadores com os usuários e o desenvolvimento do trabalho*
1819 *social com famílias, com as crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, povos*
1820 *indígenas, comunidades tradicionais, população em situação de rua, LGBT, entre outros. Conselho*
1821 *Nacional de Assistência Social.” . A Conselheira Cláudia sugere que no item II quando se fala: a*
1822 *terceirização, fragiliza o vínculo de trabalho com a empresa, que seja substituído: com a instituição*
1823 *empregadora, porque a terceirização não é só na esfera da empresa, ela está em vários âmbitos. E no*
1824 *item III só a título de padronização como usados nos demais, quando fala o vínculo dos trabalhadores,*
1825 *das/dos trabalhadores, colocar o as entre parêntese. Após inúmeras sugestões de mudanças de*
1826 *redação na Moção de repúdio contra a terceirização, a Conselheira Marlene prosseguiu com a leitura*
1827 *da última nota: “Excelentíssima Presidente, como é de seu conhecimento o Senado Federal aprovou no*
1828 *último dia 10 de junho o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira da Inclusão, documento*
1829 *que tramitava desde 2003 no Senado Federal quando surgiu por uma sugestão do Senador Paulo*
1830 *Paim. É o PLS 006 de 2003. Em 2006 após a relatoria do Senador Flávio Arns, ele foi aprovado no*

1831 Senado Federal e partiu em direção a Câmara dos Deputados onde em 2015 sobre a relatoria da
1832 Deputada Mara Gabrilli foi relatado naquela casa, voltando ao senado em forma de substitutivo sobre
1833 relatoria do Senador Romário Faria. Foram muitos anos de discussão com a sociedade para
1834 aprovarmos algo totalmente em consonância com a convenção dos direitos da pessoa com
1835 deficiência, já promulgada no Brasil e integrando a constituição brasileira. Senhora presidente
1836 precisamos que mostre ao Brasil que está conosco, precisamos de sua força para sancionar com
1837 brevidade essa lei que beneficiará quase 50 milhões de brasileiros. Faça valer o voto do povo que lhe
1838 escolheu para que pudesse fazer a nossa sociedade mais cidadã, mais participativa e mais acessível.
1839 Contamos com seu apoio para a sanção sem vetos do Substitutivo 004, tal qual foi aprovado, valorize
1840 a pessoa com deficiência.”. O Presidente Eivaldo entende que há um interesse em aprovar, mas há
1841 uma demanda de que seja um texto mais condizente com o universo da Política de Assistência Social,
1842 pois o texto não está apontando os avanços que o Conselho já deu como reconhecimento, aliás, a
1843 regulamentação do Artigo 2º da LOAS no tocante a habilitação e reabilitação. Não consta toda uma
1844 série de avanço que o conselho deu com relação à pessoa com deficiência. Entende que o
1845 encaminhamento é que essa nota seja reformulada e reapresentada na próxima reunião se
1846 eventualmente a sanção ainda não tiver sido proferida. **Relato da Comissão de Normas da Assistência**
1847 **Social**, pela Conselheira Cláudia: “*submeto a este pleno a proposta de pauta da Comissão de Normas*
1848 *para o mês de julho de 2015. Item I de pauta: apresentação das informações semestrais do processo*
1849 *de certificação de entidades de assistência social conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS*
1850 *nº 18/2011 pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, DRSP/MDS. Item II de*
1851 *pauta: apresentação do status do vínculo SUAS e CNEAS pelo Departamento da Rede Socioassistencial*
1852 *Privada do SUAS, DRSP/MDS. Item III de pauta: monitoramento do plano de ação da Comissão de*
1853 *Normas. Item IV: continuidade do estudo a cerca do Decreto 5.003/2004 que dispõe sobre o processo*
1854 *de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.*
1855 *Item V: continuidade do debate a cerca da Resolução CNAS nº 04 de 2011, que estabelece os*
1856 *procedimentos aplicáveis as denúncias recebidas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS,*
1857 *considerando a instrução normativa conjunta nº 01 CRG/OGU, 24 de junho de 2014, que estabelece*
1858 *normas de recebimento e tratamento de denúncias anônimas e estabelece diretrizes para reservas de*
1859 *identidade do denunciante com a presença da ouvidoria do MDS. Item VI: apresentação do subsídio do*
1860 *grupo de estudo MEC/MDS/CNAS da proposta preliminar de trabalho do grupo de estudos sobre a*
1861 *equivalência dos serviços socioassistenciais e bolsas de estudo. O cumprimento da pauta que foi*
1862 *estabelecida para o mês de junho quanto à recondução do coordenador da Comissão de Normas*
1863 *conforme § 1º do Artigo 38 do Regimento Interno do CNAS. Artigo 38: cada Comissão Temática terá*
1864 *um coordenador e um coordenador-adjunto, escolhido dentre os seus membros titulares e cada grupo*
1865 *de trabalho terá um coordenador e um coordenador-adjunto escolhido entre os seus membros. § 1º:*
1866 *Os coordenadores das Comissões Temáticas exercerão essa função por um período de um ano,*
1867 *permitida uma única recondução. O encaminhamento em relação a este item foi a Comissão de*
1868 *Normas em consenso e de acordo com o § 1º do Artigo 38 do Regimento Interno do CNAS, se*
1869 *manifestaram pela recondução da Conselheira Cláudia Faquinote como Coordenadora da Comissão de*
1870 *Normas de Assistência Social, e o Conselheiro Alceu Kuhn como Coordenador-Adjunto.”. Aprovado o*

1871 Relato parcial da Comissão de Normas da Assistência Social.O Presidente Edivaldo registra os
1872 Conselheiros presentes ao final da reunião: Conselheira Marlene, Conselheira Jucileide, Conselheira
1873 Cláudia, Conselheira Maria José, Conselheira Cadó e Conselheiro Leovane.**ENCERRAMENTO.** Nada
1874 mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião.
1875 Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de
1876 transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de dezenove de junho
1877 de dois mil e quinze.